

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Curso de Ciências Sociais

VÂNIA RIBEIRO SOARES

**IMPACTOS SOCIAIS CAUSADOS PELA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS EM
POPULAÇÕES RIBEIRINHAS NA ZONA DA MATA MINEIRA:**

o caso específico da Usina Hidrelétrica Candonga – Rio Doce/ Santa Cruz Escalvado – Minas
Gerais

Juiz de Fora

2009

Vânia Ribeiro Soares

**IMPACTOS SOCIAIS CAUSADOS PELA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS EM
POPULAÇÕES RIBEIRINHAS NA ZONA DA MATA MINEIRA:**

o caso específico da Usina Hidrelétrica Candonga – Rio Doce/ Santa Cruz Escalvado – Minas
Gerais

Monografia apresentada como requisito
para obtenção de grau de bacharel
em Ciências Sociais (Ciência Política),
no Instituto de Ciências Humanas da
da Universidade Federal de Juiz de
Fora (UFJF).

Orientador: Prof. Dr. Raul F. Magalhães

Juiz de Fora

2009

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos, Viviani e Bruno, pelo carinho e pelo amor de sempre, pela força e incentivo nessa minha caminhada.

À minha mãe, que com seu amor incondicional, sempre acreditou, que mesmo não sendo tão jovem, venceria essa etapa.

Ao amigo Zé Antonio, que nunca duvidou da garra e da determinação com as quais luto para tornar meus sonhos realidade.

Ao professor Raul, por ter me aceitado como orientanda, pelo apoio, pela paciência, pela dedicação e pela maneira simples e eficaz com a qual repassa seu grande conhecimento em Ciências Sociais, principalmente em Ciência Política.

A minha irmã Lúcia e a todos os meus familiares e amigos, simplesmente por existirem em minha vida.

Ao professor Diogo, por ter despertado em mim, através de suas excelentes aulas, o interesse por política e por ter aceitado participar da banca examinadora.

A todos os meus colegas de curso, que sempre me aceitaram, apesar da grande diferença de idade, principalmente Rafael, Natália, Camila, Tafuri, Rodrigo, Thayana, Élio, João, Helena, enfim, uma turma jovem e madura, que me fez acreditar no valor da nossa juventude universitária.

À professora Bia pela magnífica introdução ao curso, pela amizade e o carinho que sempre manifestou durante esses quatro anos de graduação.

Ao padre Claret, pela atenção dispensada e por enriquecer com seu valioso depoimento esta monografia.

Ao professor Franklin Rothman, pela disponibilidade com que me recebeu em sua casa para uma entrevista, pelo magnífico depoimento e pela bibliografia indicada, que foram de grande valia para o aperfeiçoamento desse meu trabalho de final de curso.

À militante do MAB, Flavia, pela colaboração, pelo apoio, pela atenção dispensada ao meu trabalho de campo e à minha pesquisa.

Ao Zé Roberto pelo rico material fornecido, pela entrevista e pelo depoimento tão importantes para a conclusão desse artigo.

E a Deus por ter tornado tudo possível.

RESUMO

O foco principal desse estudo é analisar os impactos sociais causados pela construção da Usina Hidrelétrica Candonga à população de atingidos, mostrando as consequências ocasionadas por esse fato social, nesse período de mais de cinco anos de reassentamento. Discorre-se sobre os embates sociais que se travam entre o Consórcio Empreendedor e os ribeirinhos, além de mostrar a ajuda valiosa prestada a essa comunidade, pelos assessores de um projeto de assessoria às comunidades atingidas por barragens, integrantes de uma organização não governamental – ONG e militantes de movimentos sociais, como o Movimento de Atingidos por Barragens – MAB. Apresentam-se, ainda, as audiências públicas como único espaço de participação da comunidade no processo decisório, configurando-se como uma oportunidade crucial para que os atingidos possam mostrar aos órgãos ambientais suas reivindicações. Concluindo-se, por fim, que, em todo processo de desapropriação, reassentamentos, e construção de hidrelétricas no Brasil, predomina uma luta desigual, baseada em uma sustentabilidade que privilegia *interesses públicos personalizados*, legando aos atingidos todo o ônus decorrente desse empreendimento.

PALAVRAS-CHAVE: atingidos; audiência pública; hidrelétrica; Candonga; reassentamento.

ABSTRACT

The main focus of this study is to analyze the social impacts caused by construction of the Hydroelectric Candonga to the affected population, showing the consequences caused by this social fact after more than five years of people resettlement. This article discusses the social struggles that are waged between the Building Consortium and the riverside people, and shows the valuable help provided to this community by advisers, members of a nongovernmental organization - NGO and social movement militants, such as the Movement of Dam-Affected people - MAB. Are also presented the public hearings as the only community participation in decision-making process, that configure a crucial opportunity for the affected population show their claims to environmental organs . Finally it was concluded that in any process of expropriation, resettlement, and construction of hydroelectric plants in Brazil is marked by a non-

equal fight based on sustainability that favors customized public interests, leading all the charges and disadvantages to the affected population.

KEY-WORDS: affected population; public hearings; hydroelectric plant; Candonga; resettlement.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 01 INTRODUÇÃO | 07 |
| 02 POLÍTICA ENERGÉTICA BRASILEIRA: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS | 09 |
| 03 CONFLITOS SOCIAIS CAUSADOS PELA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA CANDONGA | 13 |
| 04 OS ATINGIDOS DIRETAMENTE E INDIRETAMENTE PELA HIDRELÉTRICA CANDONGA | 20 |
| 05 AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS: ESPAÇO <i>DEMOCRÁTICO</i> PARA O DEBATE ENTRE AS PARTES | 35 |
| 06 A MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA <i>FORÇA</i> DE RESISTÊNCIA | 40 |
| 7 CONCLUSÃO | 45 |
| 8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 49 |

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo irá expor os impactos e conflitos sociais causados pela construção de hidrelétricas, trazendo um panorama do embate político que se trava entre comunidade de atingidos e empresas construtoras, através do estudo de caso da Usina Hidrelétrica Candonga, hoje denominada Usina Risoleta Neves, localizada na Zona da Mata Mineira, entre os municípios de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce.

Em um primeiro momento enfocaremos a situação do modelo energético brasileiro com sua determinação cruel de que hidrelétricas são a única saída para a questão de gerar energia no Brasil. O desenvolvimento tão necessário ao país é visto, como foco privilegiado, justapondo-se assim, a todo e qualquer interesse dos ribeirinhos, tido como particular e por isso devendo ser subjugado ao interesse público.

O terceiro e o quarto capítulos apresentam uma série de conflitos causados pela desapropriação obrigatória imposta aos atingidos pelo Consórcio Candonga, com o consentimento dos órgãos ambientais, sendo-lhes infligida uma forma de vida totalmente distanciada do seu *habitus* específico.

Será mostrada no quinto capítulo a importância das audiências públicas como arena do debate e local de reconhecimento da população dos atingidos como atores políticos, fato social que os leva a sair de uma situação de invisibilidade para se tornarem cidadãos participantes.

E por último analisaremos o papel significativo dos grupos que investem na formação da “força de resistência” tão necessária para garantir os direitos dos atingidos. São eles ambientalistas; militantes e assessores do Movimento de Atingidos por Barragens – MAB; coordenador, assessores e estudantes pertencentes ao Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens – PACAB e membros da Organização não Governamental (ONG) Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens – NACAB, ambos ligados à Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.

Ao longo de todo o trabalho foram feitas quinze entrevistas, não só com atingidos, como também com pessoas engajadas em movimentos sociais que abraçaram a causa ambiental, não medindo esforços para conscientizar, organizar e assessorar toda essa população, que por serem minoria e estarem defendendo direitos individuais, sofrem todos os ônus dessa injustiça ambiental.

Contamos com um suporte bibliográfico muito consistente, baseado em estudos realizados por autores de grande experiência na área ambiental e ligado ao caso por nós pesquisado. Vale ressaltar a entrevista feita com o professor da Universidade Federal de Viçosa, Franklin Rothman que através da bibliografia indicada e de relatos experientes, tanto enriqueceu nosso trabalho.

Procuramos mostrar nesse estudo de caso a dinâmica conflituosa que tem se repetido no Brasil com as construções de barragens. Um modelo de desenvolvimento que tem como custo a expulsão da comunidade atingida de suas terras, que inviabiliza a pesca e o garimpo nos rios, suprime a agricultura de subsistência aos pequenos produtores deve, pelo menos, ser colocado em discussão.

Numa visão mais ampla o meio ambiente foi alocado como uma realidade exterior à sociedade e às relações sociais, sendo assim transformado em uma variável que pode ser “manipulada” e gerenciada de forma a não atrapalhar o “desenvolvimento”. Dessa maneira, os conflitos sociais decorrentes dessa questão são abordados de forma instrumental, e assim percebidos como “interesses personalizados” que podem ser solucionados através de acordos entre as partes.

Tendo em vista terem se passado seis anos de funcionamento da usina Hidrelétrica Candonga e existirem ainda inúmeras pendências em relação aos atingidos diretamente e indiretamente pela barragem, confirmamos os dizeres de Andréa Zhouri em seu livro *A insustentável leveza da política ambiental*: “[...] o meio ambiente não deve ser visto como fator de constrangimento exógeno ao desenvolvimento, mas sim como parte constitutiva dos embates pela construção democrática”.

Os desafios que se apresentam para a formação da justiça ambiental e da sustentabilidade no Brasil demandam uma compreensão, a nível mais abrangente, das formas distintas de assimilação e sentido do espaço físico, que possam gerar um reconhecimento das diversidades nas maneiras de se idealizar e atuar junto ao ambiente natural, existente nos vários segmentos sociais. Deve-se atentar para o respeito à heterogeneidade cultural da nossa sociedade, de modo que a intervenção na natureza seja articulada visando atingir a equidade, a distribuição igualitária e o direito universal de se viver na singularidade.

2 POLÍTICA ENERGÉTICA BRASILEIRA: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS

Não havia no Brasil, no período anterior a 1980, nenhum movimento significativo direcionado para a preservação do meio ambiente e assim a construção de Usinas Hidrelétricas era vista como uma “ideologia da modernização”, sem que os departamentos responsáveis se vissem preocupados com as mudanças e consequências que pudessem acarretar ao ambiente de suas construções. Esses projetos eram considerados positivos, embasados na ideia de que traziam consigo o desenvolvimento da região envolvida e logicamente o bem estar da sua população. Baseado em tais fatos, esses empreendimentos foram sendo impostos sem nem cogitar as consequências disso para as populações ribeirinhas. Os acordos eram feitos somente entre o Estado e os vários segmentos interessados no capital a ser arrecadado (COLITO, 2000).

Com a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, os impactos ambientais começam a ser levados em conta para toda atividade que possa causar danos ao meio ambiente, inclusive construção de hidrelétricas. No processo de retirada dos habitantes do espaço a ser ocupado pelas obras das usinas hidrelétricas, os órgãos competentes começam a se preocupar com o pagamento das indenizações à população atingida. Para tal é considerado o valor da terra, os cultivos ali existentes e as benfeitorias, mas não se questiona o custo social da retirada dessas pessoas do local onde construíram sua história que, a partir desse fato, deixa de existir. As experiências vividas naquele local vão ser submersas pelas águas da represa. O mais chocante é que essas pessoas não têm escolha, é necessário receber o dinheiro e começar uma nova vida em outro lugar, deixando de lado os transtornos interacionais que isso vai ocasionar. (ROTHMAN, 2000).

As iniciativas políticas direcionadas para projetos de infra-estrutura como citado acima (construção de hidrelétricas), além da construção de hidrovias e rodovias na Floresta Amazônica, transposição do Rio São Francisco, a implantação do agronegócio¹ no Cerrado, que tanto se assemelham à censurada política de “integração nacional” da época da ditadura militar, têm sido hoje uma constante no Brasil. Porém, como afirmam Zhouri, Laschefski e Pereira (2005, p. 11), a retórica contemporânea apresenta motivos diferentes dos anteriores: “o crescimento econômico deve ser estimulado para a ‘integração internacional’ ao mercado ‘globalizado’, por meio das

¹ Plantações de soja, cana-de-açúcar e eucalipto, visando a efetivação do Projeto de Crédito e Incorporação dos Cerrados – PCI, com recursos do Banco Central e do Banco Mundial..

exportações” e para evitar os erros do passado, todo o processo deverá ser planejado com a participação da sociedade.

Entretanto essa política conservadora de ajuste econômico tem batido de frente com a política ambiental nas questões referentes à degradação do meio ambiente e da justiça social e ambiental, arriscando-se a perder significativos ganhos nessa área nos últimos trinta anos. Esse conflito alcançou um nível mundial e é travado em nome de uma “sustentabilidade” baseada na ideia de “uma conciliação entre os interesses econômicos, ecológicos e sociais” dos atores (ZHOURI, 2005). Seria uma simulação do consenso, citado por Habermas na sua Teoria do Discurso, onde esses conflitos ambientais poderiam ser resolvidos através do diálogo e do debate público a fim de se alcançar um acordo entre as partes envolvidas. Mas na verdade o que realmente ocorre é que os problemas sociais e ambientais passaram a ser entendido como “meros problemas técnicos e administrativos, passíveis, portanto, de medidas mitigadoras e compensatórias” (ZHOURI/ LASCHEFSKI/ PEREIRA, 2005, p. 12).

Sendo assim, a política energética do Brasil vai continuar dando prosseguimento ao processo de construção de hidrelétricas em diferentes regiões, devendo chegar a 494 novas usinas até 2015, das quais umas estão em etapa de construção, algumas em fase de planejamento e outras em etapa de ampliação; sem contar que esse projeto do governo é redimensionado todo ano. Sabe-se que esses empreendimentos estão sendo planejados para serem executados até o ano 2030 (COLITO, 2000, <<http://www.ssrevista.uel.br/n2v2.pdf#page=117>>). Warren (2006) mostra como esses planos, sempre autoritários e impostos buscam sua legitimação em nome do progresso, apresentando como legítima a desapropriação das terras, para a execução dessas obras modernizadoras e consideradas pelo Estado tão necessárias ao desenvolvimento regional.

Neste contexto, as barragens já alagaram 3,4 milhões de hectares de terras produtivas e desalojaram mais de um milhão de pessoas no país. Situação que tem agravado a partir da privatização do Setor Elétrico Brasileiro, pois os investimentos provindos dos grupos multinacionais se disseminam, ou na obtenção das antigas empresas públicas, ou na constituição de inúmeros consórcios. Esses consórcios, formados na maior parte por empresas que desenvolvem atividades “eletrointensivas”, dobram seus investimentos no campo de geração com o objetivo de satisfazer suas próprias demandas, conforme lembra Zhouri (2007). E, é claro, pouco se importando com os desastrosos efeitos disso para a população afetada cuja identidade

coletiva se deteriora devido à perda da propriedade rural e dos padrões de organização social, como relações de parentesco, comunidade e amizade.

Bermann (2007) afirma o quanto é preocupante notar que em muitos contratos, firmados pelas responsáveis pelo empreendimento (ANEEL², por exemplo), não existe nada incluso sobre os atingidos, pois seria precisamente nesses documentos que deveria estar garantida a indenização dos custos sociais, referentes ao seu futuro espaço de moradia e de sobrevivência.

Conforme Michael Cernea, sociólogo do Banco Mundial, citado por Rothman (2000), o deslocamento compelido dessas populações ribeirinhas causa um processo de exclusão, não só física, como econômica e social. Sendo assim, as pessoas envolvidas têm que lidar com uma multiplicidade de riscos de perdas econômicas que compreendem a categoria de desempregado, sem terra, sem teto, marginalizado, como também, ampliação de morbidez, perda de recursos comuns, precariedade alimentar, e desarticulação comunitária, que tem como resultado a perda de elasticidade sócio-cultural.

Quando se comparam os estudos feitos com impactos sociais ocasionados pela construção de barragens, os resultados obtidos sugerem que nessa desterritorialização as identidades de comunidades rurais atingidas se deterioram e é imposta nelas uma forma particular de apropriação do espaço que rompe com os equilíbrios básicos entre cultura e natureza. Esses estudos têm mostrado também que são as populações que sofrem as mais severas implicações, porque perdem referências construídas ao longo de gerações. Os reassentamentos são atribuídos pelas empresas responsáveis pela construção da barragem, não tendo a comunidade atingida direito a nenhum tipo de escolha. E a quem caberá pagar o “custo social” da remoção dessa gente daquele ambiente físico, socialmente estabelecido?

Como afirma Magalhães *apud* Zacarias e Pinto (2002) a crise ambiental nos coloca um dilema a ser encarado muito maior do que o da exploração de classes, pois o problema, se não for devidamente afrontado, ocasionará o fim da nossa história – um mundo esgotado de natureza não permitirá vida social, não importando o seu modelo socialista ou capitalista. Ele destaca o fato de que a civilização é concebida pelo pensamento moderno como desvinculada da natureza, pois segundo ele, a própria expressão sociedade civilizada significa um meio social unicamente humano. Sendo assim as relações homem /natureza ficam em segundo plano sendo permitida ao primeiro a apropriação do meio ambiente.

² Agência Nacional de Energia Elétrica.

É nesse prisma que se dão as assimetrias sócio-políticas, econômicas e culturais que marcam o processo de construções de barragens. Há um “controle territorial por uma pequena elite econômica e política da sociedade, em detrimento de uma diversidade de formas de se conceber e utilizar o meio ambiente, representadas por segmentos sociais distintos e não hegemônicos.”(ZHOURI/ LASCHEFSKI/ PAIVA,2005, p.94).

Esse jogo político baseado em interesses de uma pequena minoria, no nosso caso, empresas particulares, consórcios que desenvolvem atividades eletrointensivas e o Estado, acontece na esfera de um “paradigma de adequação” que tem por finalidade a viabilização do projeto técnico da construção da usina hidrelétrica, congregando a ele algumas “externalidades” ambientais e sociais no formato de medidas “mitigadoras e compensatórias”, desde que essas não inviabilizem o projeto em sua concepção econômico-orçamentária. Esses projetos, “via de regra”, são anunciados à comunidade atingida como de interesse público (ZHOURI/LASCHEFSKI/ PEREIRA, 2005).

O desenvolvimento capitalista continua e hoje ele é acobertado por discursos ambientais aparentemente benéficos, pela ideia de “desenvolvimento sustentável” e “conservação biológica”, como afirma Escobar (1996), citado por Hannigan (2009, p.87). Entretanto conforme afirma Hannigan (2009) o principal propósito nesses casos é o de “capitalizar a natureza”. Para exemplificar essa situação podemos citar o caso da construção da Usina Hidrelétrica Candonga, cujas consequências do impacto social causado à população atingida no decorrer de mais de cinco anos de reassentamento, incluindo também famílias atingidas indiretamente que nada receberam e estão em situação de extrema pobreza, pretende-se avaliar nesse artigo.

3 CONFLITOS SOCIAIS CAUSADOS PELA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA CANDONGA

Milhões de pessoas no Brasil, mais acentuadamente no Estado de Minas Gerais³, são afetadas em suas culturas, em suas formas de subsistência e no direito a moradia adequada com qualidade de vida⁴ pelo projeto de geração de energia através da construção de hidrelétricas. A Zona da Mata mineira tem sido foco constante desses conflitos ambientais e sociais, o que tem ocasionado um maior empobrecimento dessas populações, bem como a perda de suas “raízes” e de suas memórias coletivas.

Esses empreendimentos, vistos pelo Estado como iniciativas políticas a projetos de infraestrutura, visando o crescimento econômico ligado à integração internacional ao mercado globalizado, são considerados de suma importância para a Nação e como prioridade acima de quaisquer danos causados às populações de atingidos. Nesse modelo fica claro o campo de lutas desiguais que se cria entre o empreendedor (consórcio construtor da Usina Hidrelétrica) e as populações ribeirinhas. Visto assim que nesses casos configuram-se “relações de poder e assimetrias sociopolíticas e econômicas entre os diferentes atores, bem como a preeminência de uma visão economicista das possibilidades de uso do meio ambiente” (ZHOURI/ROTHMAN, 2008, p.126).

Em Minas Gerais essa situação é espantosa, pois se constituiu um aglomerado de centrais hidrelétricas na região. Representantes do Movimento de Atingidos por Barragens – MAB alegam que 19 mil pessoas foram atingidas, mas esse número provavelmente é muito maior. Sabe-se que até 2006, em todo o país, mais ou menos 100 mil famílias foram atingidas pelas barragens construídas e existem 70 projetos já iniciados, ou seja, em fase de execução (MAB, 2009, <<http://www.mabnacional.org.br>>).

O Rio Doce na região localizada entre as cidades de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce, Zona da Mata mineira, atraiu para suas margens diversas comunidades rurais que nele acharam meio de subsistência, trabalho e vida saudável durante mais de 300 anos. O município de Rio Doce possuía quatro distritos: o centro, o distrito de Zito Soares, o distrito de Santana do Deserto e o distrito de São Sebastião do Soberbo, com uma população total de 5.380 habitantes, conforme

³ Devido à topografia ser mais propícia a quedas d’água necessárias para a construção de hidrelétricas.

⁴ Conforme a Constituição da República Federal do Brasil, no artigo 225, § 1º: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2000. A antiga São Sebastião do Soberbo foi completamente inundada pela Hidrelétrica de Candonga em julho de 2004, imergindo em suas águas centenas de anos de história: “Meu avô, descendente de escravos, chegou aqui pela primeira vez, há mais de 200 anos atrás”, relato da Sra Maria das Graças Reis em entrevista feita pela equipe do Centro de Justiça Global, em 05 de junho de 2004 (BARROS/SYLVESTRE, 2004, p.26).

Esse povoado era constituído por 234 moradores entre negros e pardos, com educação escolar primária, conforme pesquisa feita pela equipe de estudantes da Universidade Federal de Viçosa, através de um Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador - DRPE realizado junto às famílias, entre 19 a 23 de janeiro de 2004, com o objetivo de diagnosticar sua situação social, econômica e cultural, para subsidiar o projeto de reativação econômica, a ser utilizado nos reassentamentos, após a inundação desse distrito pela UHE Candonga. Era uma vila tipicamente mineira, de acordo com Barros e Sylvestre (2004): duas igrejas evangélicas, uma Católica, um cemitério, uma praça pública com árvores e bancos, dois bares, uma mercearia, uma escola, correios, um posto de saúde, um campo de futebol, ruas não pavimentadas, casas e jardins.

A economia nessa região se baseava na agricultura, mineração e criação de pequenos animais. As práticas agrícolas eram feitas por unidades familiares para sua própria subsistência. De acordo com os dados do IBGE, pesquisa de 2002, eram cultivados no velho Soberbo cana-de-açúcar, café, feijão e milho e os animais criados eram suínos, bovinos e aves. A mineração referia-se à extração de areia, pedras, barro, cascalho e ouro. Pode-se observar que se tratava de uma população pobre, mas tinha qualidade de vida e o sustento básico garantido: “quem tem rio não morre de fome”.⁵ Deixando assim clara a importância do rio para essa gente.

Em 1999, após ser confirmado o alto potencial energético do Rio Doce, especificamente na área do distrito de São Sebastião do Soberbo, muitas empresas eletrointensivas se sentiram atraídas pelo investimento. Formou-se entre a Companhia Energia Elétrica Promoção e Participação Ltda (EPP) e a Companhia Vale do Rio Doce um consórcio denominado *Candonga*. Essas empresas, com o objetivo de gerar energia para seu próprio uso começaram os trâmites legais necessários para a concessão das licenças exigidas pelo Conselho de Política Ambiental - COPAM para a construção de usinas hidrelétricas. Em 2001 a EPP vendeu suas cotas por US\$

⁵ Entrevista feita a Sra Leontina da Silva Reis, 92 no dia 05 de junho de 2004 em Nova Soberbo pela equipe do Centro de Justiça Global.

7,05 milhões⁶ para a Alcan (maior produtora de alumínio do mundo) e esta, em 2003, transferiu essa cota-parte (50%) para a Alcan – Alumínios do Brasil, atualmente denominada Novelis Brasil Ltda⁷. O processo de licenciamento ambiental deve passar por três fases distintas, a saber: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). No caso Candonga todas as licenças foram concedidas com importantes pendências com a comunidade e em situações extremamente irregulares, onde várias arbitrariedades foram cometidas pelo Consórcio Empreendedor no decorrer de todo o processo de implantação da UHE Candonga⁸, conforme afirmam Barros e Sylvestre (2004) e as reivindicações da população consideradas como “pedras no meio do caminho” pelo mesmo.

O trecho abaixo extraído de Zhouiri/Laschefski/Paiva (*apud*, ZHOURI/LASCHEFSKI/PEREIRA, 2005. p. 99) mostra claramente como se dão esses processos para liberação da construção das usinas hidrelétricas no Brasil:

O processo de licenciamento ambiental das hidrelétricas, portanto, não ocorre em um meio institucional marcado pela interação entre atores que, por meio de negociações, decidem consensualmente acerca da apropriação e do uso do meio ambiente. Trata-se, como vimos discutindo de um *lócus* institucional no qual são travados embates entre segmentos sociais que representam projetos distintos de sociedade.

As comunidades ribeirinhas de São Sebastião do Soberbo (atual Nova Soberbo), de Santana do Deserto, os garimpeiros e os meeiros, num total de mais de 150 famílias *lutaram* durante seis anos contra o Consórcio Empreendedor e infelizmente não conseguiram evitar a construção e o funcionamento da UHE Candonga, cuja primeira unidade geradora entrou em operação comercial no dia 07 de setembro de 2004⁹ extinguindo toda chance de preservação do rio, eliminando suas heranças culturais e seus sustentos econômicos e sociais.

Nessas circunstâncias, portanto, a UHE Candonga está funcionando a “pleno vapor” há mais de cinco anos tendo deixado um trauma enorme na população atingida, ocasionado pelo despejo violento de 14 famílias que resistiam em sair de suas casas no antigo Soberbo em 03 de

⁶ Valor confirmado no ato de concentração nº 08012.007591/2003-70, Tesouro Nacional, Secretaria de Apoio Econômico, datado de 04 de dezembro de 2003.

⁷ A Novelis se originou de um desmembramento de negócios de laminados da Alcan, conforme site <<http://www.abril.com.br/noticias/economia/novelis-vai-encerrar-producao-alumina-ouro-preto-253542.shtml>>, acesso em 23 set 2009.

⁸ Em cerimônia ocorrida em 30 de agosto de 2005, o nome da UHE Candonga passou a ser UHE Risoleta Neves em homenagem a Risoleta Guimarães Tolentino Neves, esposa do ex-presidente do Brasil Tancredo Neves.

⁹ Conforme site <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/areh2004273.pdf>> acesso em 23 set 2009.

maio de 2004, com a completa destruição da comunidade (demolição do povoado) através do uso abusivo da força policial.

Abaixo apresentamos as fotografias tiradas em 03 de maio de 2004, dia da Ação Policial para retirada de 14 famílias que resistiam em sair da antiga Soberbo.

Fotografia 1



Chegada dos policiais e das autoridades ao povoado São Sebastião do Soberbo no dia 03 de maio de 2004. Fonte: arquivo do MAB - Ponte Nova, MG.

Estavam presentes agentes da polícia militar, civil, federal e segurança privada, totalizando 192 homens fortemente armados. A eletricidade foi cortada pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG desde o amanhecer. Havia também muitas autoridades presentes como promotores públicos, oficiais de Justiça e o Presidente da OAB de Ponte Nova. Alguns moradores ficaram petrificados, acompanhando tudo da estrada ao longe, enquanto outros choravam e gritavam desesperadamente. Algumas residências foram arrombadas já que seus moradores estavam ausentes.

Fotografia 2



Policiais invadindo as casas em São Sebastião do Soberbo, a fim de esvaziá-las para a demolição do povoado. Fonte: arquivo MAB - Ponte Nova, 2004.

Policiais invadindo as casas em São Sebastião do Soberbo, a fim de esvaziá-las para a demolição do povoado. Fonte: arquivo MAB-Ponte Nova, 2004. (Fotografia.2).

As casas foram esvaziadas pelos transportadores e os pertences jogados em caminhões e levados para o reassentamento em Nova Soberbo. Os policiais consumiram os alimentos encontrados nas casas, destruíram objetos e humilharam os moradores.

Fotografia 3



Pertences dos habitantes da Antiga Soberbo, que foram despejados pela Ação Policial, amontoados na nova casa em Nova Soberbo. Fonte: arquivo MAB - Ponte Nova, 2004.

Os tratores destruíram completamente o povoado; a última construção a ser demolida foi a Igreja Católica, que quase foi derrubada com tudo dentro, não fossem os padres que apressadamente promoveram a retirada dos santos e objetos sacros. Por volta das 22.00 horas tudo estava consumado, restando apenas ruínas e as memórias daquela população tão ultrajada (BARROS /SYLVESTRE, 2004).

Fotografia 4



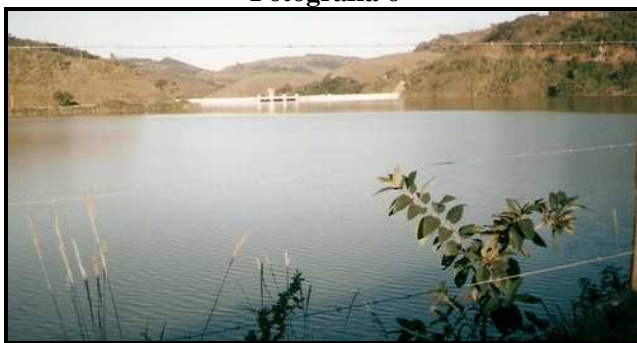
Demolição de casas em São Sebastião do Soberbo através da ação policial de 03 de maio de 2004, para “limpar” a região a ser inundada, provando revolta e desgosto na população. Fonte: arquivo MAB -Ponte Nova, 2004.

Fotografia 5



Destroços de São Sebastião do Soberbo, antes do enchimento do lago da UHE Candonga. Fonte: arquivo do MAB – Ponte Nova – MG, 2004.

Fotografia 6



Lago da Usina Candonga. Região onde se situava a Antiga Soberbo, agora submersa. Fonte: fotos retiradas do *site* da Novelis Brasil Ltda, 2009.

Fotografia 7



Descarga da UHE Candonga, mostrando a Usina em funcionamento. Fonte: idem.

Fotografia 8



Fotografia 9



Fotografia 10



Turbinas da UHE Candonga. Fonte: fotos retiradas do site da Novelis Brasil Ltda, 2009. (Fotografias 8, 9 e 10).

4 OS ATINGIDOS DIRETAMENTE E INDIRETAMENTE PELA HIDRELÉTRICA CANDONGA

Após o pleno funcionamento da UHE Candonga, ainda restaram inúmeras pendências como o não reconhecimento¹⁰ do povoado Santana do Deserto como área atingida, não reconhecimento de muitos meeiros e garimpeiros¹¹ do rio Doce, deficiências no reassentamento rural e no reassentamento na vila de Nova Soberbo.

Os meeiros¹² e os garimpeiros, pessoas humildes e sem instrução, cujo único trabalho era a sua atividade nas terras que foram alagadas e no rio, encontram-se hoje em situações de extremada pobreza. Muitos moram com suas famílias de favor em casa de parentes ou amigos e trabalham em empreiteiras fora da região para ajudar no sustento, já que não se configuram como mão de obra especializada. Conforme depoimento da ex-garimpeira e meeira Maria Helena Alves¹³, ela não recebeu nenhum tipo de indenização do consórcio e reside com sua mãe, ex-proprietária de casa em São Sebastião do Soberbo, ora reassentada em Nova Soberbo. A renda familiar consiste na pensão por aposentadoria do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS da mãe Dona Aparecida e a atividade de meeira¹⁴ exercida por Maria Helena num terreno bem longe do povoado, onde ela planta feijão.

No antigo Soberbo os quintais das casas eram muito maiores, entre 500 m² e 2000 m², sem cercas e ricos em frutas e vegetais das mais variadas espécies. Dona Aparecida¹⁵ conta que em seu terreiro possuía manga, laranja, couve mineira, feijão, batata doce, cenoura, goiaba, mexerica, banana, cebolinha, salsa, alface etc, além da criação de porcos e galinhas. Aquilo que não se encontrava no quintal de uma casa era conseguido em outros quintais vizinhos ou trocado na feira local, que havia em São Sebastião do Soberbo.

Hoje no reassentamento de Nova Soberbo a situação é bem diferente. Foram retirados da população os meios de subsistência e complemento alimentar disponíveis em seus quintais tão

¹⁰ O não reconhecimento significa que eles foram colocados à margem do processo de negociação não recebendo nada pelos prejuízos que sofreram em virtude da construção da barragem.

¹¹ Foram reconhecidos apenas 10 garimpeiros e 16 meeiros enquanto na realidade seriam 51 garimpeiros e 20 meeiros segundo Dossiê Candonga produzido pelo MAB - Movimento de Atingidos por Barragens apresentado a FEAM - Fundação Estadual do meio Ambiente, em 2004.

¹² Pessoas que cultivam terras de terceiros dividindo os produtos da colheita, metade fica pra eles e a outra metade é do dono das terras.

¹³ Entrevista feita em Nova Soberbo em 21 de julho de 2009.

¹⁴ Planta em parceria na terra de terceiros.

¹⁵ Entrevista em Nova Soberbo com Maria Aparecida Alves, em 21 de julho de 2009.

importantes para alimentação diária e segurança alimentar¹⁶. Além dos quintais, a população possuía próximo de suas casas porções de terras, perto do rio, onde criavam gado (para obtenção de leite ou corte) e outras plantações como milho, feijão, cana-de-açúcar e café (BARROS/SYLVESTRE, 2004, p. 27). A pesca, além de garantia alimentar e sinônimo de uma alimentação sadia devido à variedade de peixes, era também uma fonte de renda para os moradores da região¹⁷, mas com a barragem do rio Doce eles se tornaram escassos, extinguindo assim toda possibilidade da pesca.

Fotografia 11



Lotes onde estavam sendo construídas as casas da Nova Soberbo. Área de extensão dos quintais pode-se notar o terreno íngreme, de difícil plantio e com uma extensão bem menor do que a anterior. Fonte: foto do arquivo do MAB – Ponte Nova – MG, 2003.

Os garimpeiros dessa área atingida pela construção da UHE Candonga eram originalmente agricultores que “costumavam escavar o ouro como suplemento durante períodos de fartura ou durante a estiagem entre março e outubro¹⁸”; por isso a maior batalha dos garimpeiros é por terra para o plantio. Uma ex-moradora do antigo Soberbo, Maria Ferreira dos Santos, falando sobre seu pai à equipe de Justiça Global em 05 de junho de 2004 (apud BARROS/SYLVESTRE, 2004, p. 27), disse: “quando está chovendo plantamos e pescamos; quando é verão mergulhamos e garimpamos ouro. Ainda conforme Barros e Sylvestre um

¹⁶ Conforme o Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador - DRPE. p.19, 25 e 30, realizado entre os dias 19 a 23 de janeiro de 2004: “os quintais constituem elemento fundamental na segurança alimentar”.

¹⁷ Depoimento de Antonio Claret Fernandes padre católico da arquidiocese de Mariana, assessor do Movimento de Atingidos por Barragens da Zona da Mata Mineira por *email* de 10 de setembro de 2009.

¹⁸ Entrevista com o Sr. Bernardo C Souza, garimpeiro, feita pela equipe do DRPE em 05 de junho de 2004, apud Barros e Sylvestre, 2004.

mergulhador chegava a ganhar uma média de R\$ 1.500,00 por mês durante os períodos de pico. A maioria das atividades de garimpagem era realizada por esses mergulhadores, que trabalhavam para os donos da balsa, os quais forneciam os equipamentos, mas havia também mulheres que garimpavam manualmente usando batéias¹⁹. Eles conseguiam retirar cerca de 70 a 80 gramas de ouro por dia, os quais 40% eram seus e 60% repassados para os balseiros²⁰.

Alguns garimpeiros ainda continuam em situação bastante constrangedora na questão de moradia. Como exemplo temos o caso do Senhor Bernardo Cruz: o Consórcio em 2004 alugou uma casa na cidade de Rio Doce para ele, com a promessa de que, posteriormente, lhe daria uma moradia como indenização, só que, conforme depoimento por telefone do advogado Leonardo Rezende²¹, há muito tempo não quita os alugueis; o garimpeiro foi pressionado pelo locatário para desocupar o imóvel, e segundo Rezende, recentemente ele foi despejado, não tendo para onde ir, nem condições financeiras para se manter e arcar com essas despesas. A militante do Movimento de Atingidos por Barragens – MAB, Flavia nos informou que existem processos na justiça cobrando do Consórcio a solução para essas pendências, mas é tudo muito moroso e o Senhor Bernardo está residindo em um barraco cedido pela Associação Comunitária São Vicente de Paula de Rio Doce. Conforme depoimento do Senhor José Antonio²² o antigo garimpeiro está em uma condição humilhante, em situação de extrema pobreza, tendo sido retirada a sua fonte de renda, sem que lhe fosse paga nenhuma indenização por isso.

Santana do Deserto, povoado com três mil habitantes pertencente à cidade de Rio Doce, está localizado logo abaixo da construção da barragem e apesar de ter sofrido inúmeras perdas e danos com a construção da UHE Candonga, sua população não foi considerada pelo consórcio e pelas autoridades federais, estaduais e municipais como atingida, não recebendo, portanto, nenhum tipo de indenização. Seus moradores “também têm acesso ao rio Doce e compartilham com ele da mesma relação simbiótica que os moradores do velho Soberbo” (BARROS/SYLVESTRE, 2004, p.28). Conforme entrevista feita pela equipe do Centro de Justiça Global em Santana do Deserto, o Sr Adelino Gonçalves falou em nome dos moradores: “a

¹⁹ Instrumento semelhante a uma bacia com o fundo afunilado, usada por garimpeiros para separar o ouro dos outros materiais, já que o ouro por ser mais pesado se concentra no fundo da batéia e o restante cai na água.

²⁰ DRPE, p 22,32,42-43.

²¹ Advogado voluntário pertencente a ONG NACAB que presta serviços judiciais aos atingidos pela UHE Candonga.

²² Entrevista feita por contato telefônico em 23 de outubro de 2009. O Sr. José Antonio dos Santos é representante da comunidade de Nova Soberbo e tendo sido por muitos anos presidente da Associação de Bairros, é muito respeitado e todos da região confiam muito nele.

gente fica horrorizado com um trem tão alto daqueles em cima da gente²³; temos mais de setenta casas aqui”.

O acesso ao povoado ficou precário pela estrutura das estradas redesenhadas pelo Consórcio – estreitas, cheias de curvas, íngremes, derrapantes com trechos que desmoronam nas chuvas e aumentou a distância entre este e a cidade de Rio Doce. Há muita dificuldade tanto para o tráfego de carros como para aqueles que normalmente o fazem a pé. Os trechos que são nivelados com o lago da barragem ficam quase intransitáveis na época de chuva por causa dos alagamentos e aumentaram em muito os riscos de acidentes. As casas estão cheias de rachaduras provocadas pelo tráfego de caminhões pesados na época da construção da Barragem e o consórcio, até hoje, não mandou consertá-las.

Fotografia 12



Fotografia 13



Vista do final do lago da Usina Hidrelétrica Candonga, podendo-se verificar a estrada sinuosa que leva ao povoado de Santana do Deserto. Fonte: registros fotográficos da autora, 21 de julho de 2009 (Fotografias 12 e 13).

De acordo com o Relatório Sucinto da Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM²⁴ (apud BARROS/SYLVESTRE, 2004), foi verificada em Santana do Deserto a ausência de medidas de segurança para a população como faixas e placas de alerta durante o evento de enchimento, advertindo-os sobre possíveis riscos ligados a essa etapa. O alarme sonoro a ser acionado em períodos de maior vertimento possui um volume muito baixo, não sendo ouvido por todo povoado. Os moradores enfrentam também outro problema grave que é o risco de inundação

²³ A UHE Candonga possui a altura máxima de 53 m e 182.000 m³ de concreto, conforme site <<http://www.oas.com.br/main.asp?View=>>>, acesso em 27 de setembro de 2009.

²⁴ Auto de infração nº 001125/2004, Relatório Sucinto da FEAM, p.2. Atualmente esse órgão atua conjuntamente com a Secretaria do Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SUPRAM.

dos seus quintais em razão da variação do nível da água da UHE. Conforme depoimento da Flávia²⁵, isso já está ocorrendo e os moradores estão perdendo parte de sua propriedade sem nenhum ônus para o Consórcio. Em 2004 a FEAM ordenou a piquetagem dessa parte dos quintais de maneira a formar uma área de segurança, onde não seria permitido nem o plantio e nem o trânsito dos moradores, com o objetivo de isentar o Consórcio e o poder público de quaisquer responsabilidades por acidentes que possam advir dessas inundações. O Senhor José Antonio²⁶ atenta para o fato de que o Consórcio Candonga já colocou os piquetes, cumprindo determinação da FEAM, impedindo a população de usar parte dos seus próprios quintais, sem pagar nenhuma indenização para tanto.

O povoado de Nova Soberbo está localizado na fazenda Gambá e como seus donos não quiseram vender suas terras, elas foram desapropriadas pela Administração Pública, tendo como base o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular. Moradores do antigo Soberbo, que possuíam as escrituras de suas antigas terras e casas, agora se vêem em uma situação irregular, pois, muitos deles, ainda não receberam do Consórcio os títulos de propriedade das mesmas. As casas foram construídas em um padrão único, sem nenhuma participação dos moradores, que nem puderam entrar nelas antes para saber como seriam. Segundo o Padre Claret, houve famílias que deixaram a Nova Soberbo e voltaram para a zona rural, pois não conseguiriam viver na nova vila:

A ida das famílias para a Nova Soberbo e sua instalação ali, apesar de inúmeras atas apontando que elas escolheram aquele local, foi induzida e, afinal, decidida pela empresa. Famílias acostumadas a habitar terras férteis da margem do rio jamais escolheriam morar no alto de morro. O processo de 'escolha' do local foi, de fato, totalmente viciado (Padre Claret afirmação por *email* de 10 de setembro de 2009).

São 120 casas que vistas de fora dão a impressão de uma vila bonita e moderna, que fez com que moradores de Ponte Nova e Rio Doce afirmassem que gostariam de estar no lugar das pessoas do antigo Soberbo, pois uma visão superficial do povoado esconde os inúmeros problemas que realmente existem. Se acessarmos o site da Novelis no link UHE Risoleta Neves (Candonga) a propaganda, lá existente, é a favor do Consórcio; eles afirmam que a população de atingidos pode escolher seus modelos de casa e que as negociações foram coletivas e transparentes, o que vimos não ser a versão verdadeira (NOVELIS, 2009).

²⁵ Entrevista feita no escritório do Movimento de Atingidos por Barragens – MAB de Ponte Nova, com a militante Flávia Aparecida Pereira, em 21 de julho de 2009.

²⁶ Depoimento por contato telefônico em 23 de outubro de 2009.

Fotografia 14



Fotografia 15



Visão global do povoado Nova Soberbo. No canto direito da primeira foto, vê-se a Igreja Católica. Fonte: registro fotográfico da autora em sua ida ao local, 2009.

Barros e Sylvestre (2004) enfatizam o fato de que para convencer a população do velho Soberbo dos benefícios da construção da usina hidrelétrica o consórcio organizou uma excursão a duas comunidades que também tiveram que ser reassentadas pela construção das UHE Fumaça e UHE Nova Ponte. Porém o retorno foi silencioso, apesar do luxo do ônibus executivo, dos lanches e bebidas. Além de não gostar do que viram, haviam conversado com os reassentados e souberam da verdadeira versão sobre as causas tão maléficas da construção das duas barragens para aquelas pessoas. Por causa disso nos anos de 2001 e 2002 nenhum morador quis negociar, nem vender nada, mas como forma de reiniciar as negociações o Consórcio prometeu que suas casas e quintais no reassentamento seriam do mesmo tamanho dos antigos e que manteriam as relações de vizinhança, o que como pudemos perceber não foi cumprido.

Opondo-se ao que a Novelis assegura em sua página eletrônica, suas negociações com as famílias jamais foram transparentes e coletivas. Pelo contrário usaram de promessas que não cumpriram²⁷, todas as negociações foram individuais, evitando assim que um morador tivesse acesso ao valor de sua propriedade em relação ao seu vizinho. Os preços não tinham qualquer tipo de critérios, conforme depoimento de Maria das Graças Reis à equipe do Centro de Justiça Global (*apud* BARROS/SYLVESTRE, 2004), enquanto ofereceram a um morador por sua casa, uma das maiores de São Sebastião do Soberbo, com um quintal grande repleto de frutas e legumes, R\$ 27.000,00, a outro por seu pequeno lote, sem construção, nem plantação nenhuma,

²⁷ A moradora Joana Martins afirma que não recebeu o seu puleiro de galinhas e o quintal grande que o consórcio havia prometido no contrato de venda da casa, em entrevista feita pela equipe do Centro de Justiça Global, em 06 de junho de 2004.

ofereceram R\$ 55.000,00. Isso gerou muita contenda entre os vizinhos, o que desestruturou a comunidade, causando desunião entre eles. Conforme depoimento do professor Franklin Rothman²⁸ as negociações coletivas são muito mais bem sucedidas para as comunidades atingidas, pois elas se tornam mais justas e os ganhos são muito maiores. Assim sendo, os acordos individuais visam justamente desestruturar todas as redes de amizade, criando invejas entre eles, pois uma comunidade desunida se torna mais “fraca” e conseqüentemente mais fácil de ser rendida de maneira a atingir o acordo almejado pelo consórcio.

Ao entrevistarmos os moradores da Nova Soberbo verificamos que eles sentem muitas saudades de suas antigas casas e estão até hoje muito deslocados no ambiente frio e indiferente que se criou no povoado: “essa casa pode ser mais nova, mas eu preferia a outra; muita saudade... nunca mais voltei lá pra ver, sei que não vou aguentar. Tenho que viver aqui, mas não gosto”, fala tristemente a moradora Dona Aparecida.²⁹ Conforme afirmam Barros e Sylvestre (2004, p.71) “sob o prisma do impacto histórico cultural não se tem compensação, não se tem condicionante que justifique a implantação do projeto a não ser como um ato de extrema violência”. Nos depoimentos dos moradores pode-se ver estampados em seus rostos a expressão de tristeza e saudade do antigo povoado: “não troco meus casarios velhos por essas casas novas aí não; é como se quisessem colocar peixe cascudo em aquário”.³⁰

Fotografia 16



Fotografia 17



Senhora Aparecida Alves em sua casa em Nova Soberbo, acompanhada de duas militantes do Movimento de Atingidos por Barragens – MAB (Flávia e Fernanda). Fonte: registros fotográficos da autora, 2009 (Fotografias 16 e 17).

²⁸Coordenador do Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens e professor da Universidade Federal de Viçosa, entrevista feita em 26 de julho de 2009 em Viçosa - Minas Gerais.

²⁹ Entrevista feita em Nova Soberbo em 21 de julho de 2009.

³⁰ Depoimento da moradora Gracinha à equipe do Centro de Justiça Global em 06 de junho de 2004.

Os efeitos psicológicos provocados pelo trauma da perda da “identidade”, tanto individual como coletiva, são profundamente sentidos na comunidade de Nova Soberbo. “Barragem estraga a vida das pessoas” esse relato da Senhora Aparecida mostra o quanto os moradores, mesmo após mais de cinco anos de reassentamento, sofrem as sequelas causadas pela desapropriação de suas terras, de seus meios de trabalho e de subsistência. Ela também afirma que apesar da casa ser nova e mais moderna até hoje ela se sente como “um peixe fora d’água” e afirma muito sentida, que não consegue se acostumar:

As pessoas aqui são as mesmas do velho Soberbo, mas elas são diferentes...a gente não tem mais união, é como se fosse todo mundo estranho um pro outro. Lá todos ficavam na rua, as portas tudo abertas, não tinha grade, nem cerca, aqui passamos dias sem ver um vizinho. A praça lá era linda, cheia de árvores, mais natureza. As ruas sem calçamento, mas tudo tão bom! (DONA APARECIDA, entrevista em 21 de julho de 2009).

As entrevistadas possuíam diversas reclamações sobre defeitos de construção e na infraestrutura das casas como rachaduras nas paredes e infiltrações. De vez em quando o Consórcio manda consertar as paredes das casas, depois de muita insistência dos moradores, mas os problemas sempre voltam, segundo eles. Conforme relatório da FEAM/DIENE³¹ havia também problemas com solidez do telhado e impermeabilização.³² Ainda segundo Barros e Sylvestre (2004), a disposição física das casas é completamente diferente das anteriores, principalmente com relação ao tamanho dos quintais que eram bem maiores e centro do convívio social. As grades e os muros nas divisas das casas dificultam as relações de vizinhanças. É como disse a entrevistada Maria Helena: “Lá era roça, aqui é cidade, num tem mais união, é igual nas cidades, cada um por si e Deus por todos”.³³ Isso comprova o fato deles terem sido tirados de um modo de vida rural e harmonioso para um estilo urbano e periférico, completamente afastados de suas referências culturais e sociais.

Conforme abaixo, podemos verificar as rachaduras e as infiltrações nas paredes das casas, motivo de várias reclamações por parte dos moradores do povoado de Nova Soberbo:

Rachaduras e infiltrações nas paredes das casas, defeitos na infra-estrutura das construções. O Consórcio de vez em quando manda consertar, mas há reincidências. Fonte: registros fotográficos da autora, 21 de julho de 2009. Fotografias 18 e 19:

³¹ DIENE – Divisão de Infra-Estrutura de Energia e Irrigação.

³² Relatório técnico da FEAM/DIENE 008/2004, processo nº 130/1998/005/2003, p. 83.

³³ Entrevista em 21 de julho de 2009 com a moradora Maria Helena Alves.

Fotografia 18



Fotografia 19



Segundo depoimento de moradoras entrevistadas, a escola de Nova Soberbo não é boa; a infra-estrutura não é satisfatória e a qualidade do serviço público também não, por isso as crianças de lá, vão estudar em Rio Doce, o que não acontecia no velho Soberbo. Existe também a questão de que as salas de aulas estão com rachaduras e infiltrações, exatamente como as casas: “Eles vêm consertam, mas estraga de novo e pra eles voltarem é difícil, tem que insistir muito”.³⁴

A festa de São Sebastião que atraía muitas pessoas vindas de outras comunidades, não é mais a mesma, afirma Senhora Aparecida: “A festa ficô pobre, não é mais linda como a outra. Aqui o povo ficou desanimado até pra festa e até pra rezá na Igreja”.³⁵ De vez em quando vai um padre do município de Rio Doce celebrar missa na igreja local, fora da época da festa do padroeiro, mas segundo Dona Aparecida o povo ficou mesmo abatido, não tem mais incentivo para se reunir, devido às contendas entre eles e ao desgosto de ter perdido suas raízes.

Referindo-nos aos efeitos negativos causados pela construção da UHE Candonga a situação atual em Santana do Deserto não é diferente. De acordo com o depoimento do ambientalista Jose Roberto³⁶, os moradores eram alegres e felizes antes da construção da UHE e hoje são tristes: “[...] um povo que vive de lembranças, estão ocos por dentro, o dano moral foi terrível. Perderam muito, pois o rio tinha voz e agora a barragem é muda, hoje o rio é morto, perdeu a vida”.³⁷ Ele comentou que em conversa com ex-moradores do antigo Soberbo³⁸, eles

³⁴ Idem.

³⁵ Depoimento de Dona Aparecida em entrevista feita em Nova Soberbo em 21 de julho de 2009.

³⁶ Jose Roberto Fontes Castro foi presidente da ASPARPI – Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Piranga, ONG extinta, empresário lutador assíduo pela preservação ambiental e dos direitos dos ribeirinhos.

³⁷ Entrevista feita em Ponte Nova em 23 de julho de 2009.

³⁸ Esses dois povoados eram muito próximos um do outro, após a inundação, a Nova Soberbo ficou bem distante.

disseram que para o Consórcio as pessoas não têm valor, são números e que quanto mais “números” mais problemas.

A questão da água potável ficou bastante prejudicada em Nova Soberbo, pois a água que sai nas torneiras é de cor amarronzada (suja) e tem cheiro de ferrugem, conforme pudemos constatar em nossa visita ao povoado. A moradora Lelena disse que o pessoal do Consórcio quando vai lá, leva garrafinha de água mineral, mas não aceitam reclamação da água, afirmam que ela é de boa qualidade, só que eles não a bebem. Segundo parecer da Juíza Rosângela Fátima de Freitas (*apud* BARROS/SYLVESTRE, 2004) a degradação da qualidade da água prejudicou fundamentalmente a saúde dos moradores. Conforme análise feita, “houve um aumento significativo do teor de ferro e manganês³⁹” na água que abastece o povoado, o que a tornou inadequada para uso humano. Houve também “aumento das concentrações de fitoplânctons e outros parasitas responsáveis por importantes problemas de saúde na população local e aumento do desconforto e da inconveniência causados pelos fortes odores e pelos mosquitos” (BARROS/SYLVESTRE, 2004, p. 55). A juíza afirma também que esse fato violou um dos objetivos principais da Política Nacional de Recursos Hídricos que é o uso múltiplo das águas para o abastecimento da população, bem como, garantia de disponibilidade e acesso à água às futuras gerações em padrões de qualidade apropriada.⁴⁰

Visando diminuir o problema, foram acrescentadas à água elevadas quantidades de cloro, mas não adiantou, sendo assim, além de todos os transtornos sofridos pela população da Nova Soberbo, ainda é necessário seu deslocamento diário até uma mina, situada nas proximidades, para buscar água em condições de consumo humano. A solução seria a canalização da nascente existente nas proximidades do povoado, mas o Consórcio não quer ter mais esse gasto.

Enquanto no antigo Soberbo a variedade de frutas, legumes, verduras, a pesca garantiam aos seus moradores uma boa alimentação e conseqüente qualidade de vida, no atual reassentamento eles precisam comprar tudo, pois o acesso aos recursos naturais ficou muito difícil. Além do fato de que as casas possuem os quintais pequenos (enquanto no antigo Soberbo eles mediam em média 1000 m², hoje moram num lote de 360 m² incluindo o quintal), sendo assim, muito menores do que os anteriores e com o terreno infértil (bastante arenoso), formado por ladeiras de difíceis condições de cultivo. Nos quintais das casas há canteiros de verduras,

³⁹ Relatório técnico da FEAM/ DIENE 008/2004, processo nº 130/1998/005/203, p. 06.

⁴⁰ Decisão nos autos 521.04.032157-7 da ação Civil Pública em trâmite na comarca de Ponte Nova, Minas Gerais.

alguns pés de frutas, dividindo espaço com os galinheiros, os varais de roupas e a lenha, que agora precisa também ser comprada e anteriormente havia à vontade. Muitos legumes e verduras morrem por causa do terreno ruim e tem também a questão das pragas. O acesso ao rio ficou muito difícil, pois a vila foi construída no alto do morro, bem distante dele e com a barragem, os peixes se tornaram escassos, tirando-lhes também a atividade da pesca.

Fotografia 20



Fotografia 21



Quintal de casa em Nova Soberbo - Pouco espaço e difícil plantio - terreno em declive e muito seco, exigindo muita adubação. O galinheiro, a horta, o pequeno pomar, dividindo espaço com a lenha e as roupas nos varais. Fonte: Registros fotográficos da autora, 2009.

A criação de pequenos animais ficou prejudicada por causa do pouco espaço. A Sra Aparecida possui seis galinhas em seu galinheiro, mas ela afirma: “não adianta criar galinha presa, pois ela não bota, lá no antigo Soberbo era uma beleza, elas botavam que só⁴¹”. Os gastos com moradia ficaram muito maiores, segundo relato da moradora Maria Helena Alves a conta de luz passou de R\$ 4,00 reais em São Sebastião do Soberbo para R\$ 70,80 em Nova Soberbo, às vezes mais; isso deve-se ao fato de que em São Sebastião do Soberbo eles estavam cadastrados pela CEMIG como zona rural e na Nova Soberbo foram cadastrados como zona urbana. Vimos em nossa visita ao povoado que até hoje os moradores enfrentam muitas dificuldades para arcar com as despesas da nova casa. A moradora Senhora Aparecida comentou que antes eles não compravam quase nada, agora têm que comprar tudo, até a lenha pra cozinhar: “Do que adianta uma casa nova se não temo sustento igual lá no Velho Soberbo, num vamo cumê tijolo né?”

⁴¹ Entrevista com a Sra Aparecida Alves em 21 de julho de 2009 em Nova Soberbo.

O Plano de Reativação Econômica, até o presente momento, não foi implementado. Conforme relato da moradora Maria Helena⁴² eles tentaram implantar alguns projetos, mas até agora nenhum deles foi para frente. Há alguns anos montaram uma confecção de artesanatos, mas o preço não podia ser muito baixo, devido ao material gasto e por isso não conseguiram comercializá-los e estão mofando guardados no centro comunitário do povoado. Fizeram posteriormente uma plantação de pimenta, mas devido ao terreno ruim, com muito cupim, a plantação foi perdida e além de tudo isso, existem também pragas que acabam com todo o plantio. Nem a IRICI, fábrica de temperos localizada em Ponte Nova, cidade próxima do povoado, quis comprar a produção de pimenta, perdendo-se assim toda a colheita. Atualmente estão iniciando uma floricultura, plantio de flores em vasos para serem comercializadas nas cidades próximas, mas as moradoras alegaram que esses projetos não atendem a demanda por trabalho de todos os moradores.

Fotografias 22



Fotografia 23



Local onde foi feito o cultivo de pimenta, módulo de reativação econômica que não deu certo. Terreno infértil, mesmo com muita adubação, as pragas contaminam todo o plantio. Alguns moradores estão plantando mandioca e feijão nessa área. Fonte: registros fotográficos da autora, 2009. (Fotografias 22 e 23).

Pelo depoimento da Maria Helena eles começam um projeto, mas não dão assistência, não garantem uma infra-estrutura que faça com ele se solidifique. Eles fazem um diagnóstico, começam a implantar atividades geradoras de renda, apresentam ao COPAM/FEAM como comprovação de que estão cumprindo com o compromisso assumido desde abril de 2003 e abandonam as pessoas envolvidas e essas, por falta de condições, deixam esses projetos

⁴² Entrevista com Maria Helena Alves em 21 de julho de 2009 em Nova Soberbo.

morrerem. Os moradores estão plantando mandioca, cana-de-açúcar e feijão no terreno que era do cultivo da pimenta, mas muitos outros estão sem atividade e como já falado, vivendo da pensão dos idosos ou trabalhando “fora” em empreiteiras. O problema maior é que os projetos escolhidos pelo Consórcio ignoram as prioridades estabelecidas pelos moradores, conforme reconhecido pela própria FEAM em seu relatório de 2004⁴³ (apud BARROS/SYLVESTRE, 2004). A falta da reativação econômica deveria ser motivo suficiente para que a licença de Operação da UHE Candonga, concedida em 2003, não fosse aprovada, conforme afirma Rothman.⁴⁴

Barros e Sylvestre (2004) enfatizam o aspecto do desrespeito não só aos direitos sociais dos moradores da Nova Soberbo, como também aos seus direitos culturais e de toda população brasileira, ocasionado pela inundação do povoado São Sebastião do Soberbo, devido ao patrimônio histórico constituído pelo mesmo: uma vila de mais de duzentos anos. Desrespeitaram também os princípios constitucionais relativos à proteção do patrimônio cultural.⁴⁵

As dezenove famílias que foram reassentadas na zona rural receberam cada uma três hectares de terra, sendo que de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a área mínima legal na região, necessárias para um cultivo de subsistência, teria que ser de 26 hectares. Conforme depoimento da militante do MAB Flavia⁴⁶, os reassentados da zona rural estão com problema de captação de água, já que a área escolhida pelo Consórcio fica muito distante do rio e possui outro agravante que é a falta das escrituras das terras que eles não receberam até o presente momento, sendo que nas anteriores eles possuíam toda a documentação legalizada. Há também a ocorrência de que as famílias são grandes e o pedaço de terra fornecido pela empresa é muito pequeno e como vimos acima, muito menor do que o estipulado pelo INCRA. E como se não bastasse, o Consórcio vai retirar 20% do total das terras pertencentes ao reassentamento em questão, para a criação de uma reserva florestal, conforme depoimento do Senhor José Antonio⁴⁷.

Segundo reportagem do Repórter Brasil o Senhor Marcos Helênio Pena, superintendente do INCRA-MG argumenta: “Mas o consórcio também não pode contribuir para a favelização

⁴³ Relatório técnico da FEAM/DIENE 008/2004, processo nº 130/1998/005/2003, p. 92.

⁴⁴ Entrevista com o professor e coordenador do Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens da Universidade Federal de Viçosa, Franklin Rothman em 26 de julho de 2009.

⁴⁵ Constituição do Estado de Minas Gerais: Art 2º - São objetivos prioritários do Estado: [...] XI – desenvolver e fortalecer, junto aos cidadãos e aos grupos sociais os sentimentos de pertinência à comunidade mineira em favor da preservação da unidade geográfica de Minas Gerais e de sua identidade social, cultural, política e histórica.

⁴⁶ Entrevistada em 21 de julho de 2009 no escritório do MAB em Ponte Nova – MG.

⁴⁷ Depoimento por contato telefônico em 23 de outubro de 2009.

rural. A questão social já é grave quando há uma mudança de ambiente. Além disso, esses três hectares vão inviabilizar a auto-sustentabilidade das famílias, criando uma situação de minifúndio improdutivo”. Segundo a reportagem o prejuízo dos atingidos é bem maior, pois sem um lote da dimensão padronizada pelo módulo rural da região, não será possível o ingresso numa cadeia de benefícios, como linhas de crédito para produção, além de que futuramente, ficarão sem assistência técnica proporcionada pelo governo federal aos pequenos agricultores em geral (REPÓRTER BRASIL, 2004, < www.reporterbrasil.org.br>), fato que já está ocorrendo.

Muitos moradores de Santana do Deserto produziam paralelepípedos através de uma pedreira que foi inundada pela UHE Candonga, de acordo com o relato do ambientalista Jose Roberto. Ele afirmou que é uma crueldade retirar das pessoas o seu meio de sobrevivência, sem ser tomada nenhuma providência para reintegrá-los no mercado de trabalho, já que eles nem foram considerados como atingidos, não recebendo assim nenhum tipo de indenização: “diminuiu muito a situação financeira, pois foi retirado deles o meio de sustento e agora não têm nada, vivem da pensão dos velhos. E quando estes morrerem, como vão sobreviver?”.⁴⁸

Como pode ser observado, a construção da Usina Hidrelétrica Candonga ocasionou a perda do trabalho na terra, gerando uma ociosidade muito grande na população atingida e como os projetos de reativação econômica não estão sendo efetivamente implantados, ela está num nível de insustentabilidade e dependência de ações assistenciais tão forte que as famílias tiveram que ser incluídas no Programa Fome Zero do Governo Federal para o recebimento de cestas básicas, segundo afirmação de Sônia Loschi⁴⁹ à equipe do Centro de Justiça Global em entrevista realizada em 25 de setembro de 2004 (*apud* BARROS/SYLVESTRE, 2004).

De acordo com Zhouri e Oliveira (2005) esse quadro acima mencionado se configura em uma situação de injustiça ambiental e esta é apreendida como

a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sóciopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania (ACSELRAD et al, 2004, p.10, *apud* ZHOURI /LASCHEFSKI/ PEREIRA, 2005, p. 51).

Não obstante fosse dada maior relevância à situação das populações ribeirinhas não existiria esse “paradigma da adequação”, onde “a obra assume lugar central, apresentado-se de

⁴⁸ Entrevista com Jose Roberto Fontes Castro em 23 de julho de 2009.

⁴⁹ Integrante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Campo das Vertentes – Minas Gerais.

forma inquestionável e inexorável”, conforme afirmam Zhouri e Oliveira (2005, p. 53). E nessa visão, o ambiente é visto como “externalidade, paisagem que deve ser modificada e adaptada aos objetivos do projeto técnico”. E todos os embargos são resolvidos através de medidas compensatórias e mitigadoras que cumprem a função de adequação (ZHOURI/OLIVEIRA, 2005, p.53, *apud* ZHOURI/LASCHEFSKI/PEREIRA, 2005). Percebemos então que projetos industriais homogeneizadores do espaço, como construção de hidrelétricas, são causadores de injustiças ambientais, pois sua implementação acarreta riscos e danos às classes mais vulneráveis da sociedade. E, segundo Zhouri, Laschefski e Pereira (2005), essas pessoas além de serem excluídas de todo o processo de desenvolvimento, também adquirem todo o ônus dele resultante.

5 AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS: ESPAÇO *DEMOCRÁTICO* PARA O DEBATE ENTRE AS PARTES

No ano 2000⁵⁰, cumprindo determinação da lei, com o fim de ver liberada a licença ambiental pertinente ao início das obras de construção da Usina Hidrelétrica, o Consórcio Candonga realizou uma audiência pública na igreja Católica do povoado São Sebastião do Soberbo. A finalidade da audiência seria a apresentação do projeto em questão à comunidade que seria atingida.

Segundo Barros e Sylvestre, nesse dia a igreja estava repleta de moradores da região, de representantes do Estado, das prefeituras de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce e do Consórcio. “Todo mundo queria saber mais sobre o projeto que estava sendo apresentado como um presente de deus” (BARROS/SYLVESTRE, 2004, p.30). Infelizmente, devido ao elevado nível de tecnicismo do diálogo, toda chance de compreensão da população foi tolhida e, com isso, ninguém perguntou nada, todos silenciaram:

As pessoas não votaram nem a favor nem contra. Ninguém sabia como falar, o que dizer ou perguntar. Eles não compreendiam o que significava aquilo tudo e ficaram com medo de aparecerem como mal-educados na frente de um grupo tão expressivo de pessoas (Entrevista com Maria das Graças Reis, em 05 de junho de 2004, à equipe do Centro de Justiça Global).

Esse silêncio foi tomado astuciosamente pelo Consórcio como concordância e aprovação do projeto de construção da UHE Candonga, como relatado por muitos moradores; e a audiência foi uma forma de selar um acordo já existente entre as autoridades municipais e o Consórcio Empreendedor e não para tirar dúvidas ou ouvir sugestões da população. De acordo com Zhouri, Laschefski e Paiva (2005, p. 98):

A predominância de uma concepção reducionista e hegemônica, que define e impõe os modos de uso dos recursos naturais a partir de uma lógica meramente mercantil, impede que as comunidades atingidas por barragens sejam reconhecidas como sujeitos ativos e constitutivos do espaço de discussão e de deliberação.

Assim sendo, trava-se uma luta injusta e desigual pela apropriação do meio ambiente, marcada por um jogo político já decidido de antemão pelas relações estruturais e pessoais da política ambiental. Nesse campo de lutas, onde as posições díspares apoiam forças distintas, vinculam-se políticas socialmente injustas e ambientalmente insustentáveis, ao mesmo tempo em

⁵⁰ Informação retirada do livro “Atingidos e Barrados” de Barros e Sylvestre (2004), relatório feito para denunciar as violações de direitos humanos na construção da Hidrelétrica de Candonga.

que as populações ribeirinhas resistem contra uma “lógica retificadora que as transformam em objeto na paisagem natural, por via de consequência, tornando-as invisíveis enquanto sujeitos sociais e atores políticos dotados de desejos e direitos” (SIGAUD, 1986; VANER, 2004, *apud* ZHOURI/OLIVEIRA, 2005, p. 50).

Zhour, Laschefski e Pereira (2005) mostram como a nova forma da política ambiental, principiada nas décadas de 1980 e 1990, inaugurou a especialidade técnica como um capital específico do campo ambiental. Nasce o perito técnico habilitado na arte da resolução do conflito. Sua missão é elaborar os estudos ambientais que possibilitem a concessão dos licenciamentos para a construção de hidrelétricas.

O olhar técnico compartimentado apenas promove uma adequação do meio ambiente e da sociedade ao projeto proposto, fazendo com que outros olhares e saberes não-enquadrados no discurso técnico-científico sejam, assim, excluídos dos processos de classificação e de definição sobre os destinos dos espaços (ZHOURI/LASCHEFSKI/PEREIRA, 2005, p. 17).

De acordo com esse parâmetro, o intrincado debate que envolve questões políticas, sociais e culturais é diminuído à assimilação de adequações e arranjos técnicos e os problemas sociais causados pela usina hidrelétrica são tidos como “descontentamento de alguns” e essa questão não poderá ameaçar o “interesse público”.

Conforme afirma Esteva (1992) citada por Zhour e Oliveira (2005, p. 61), “o estabelecimento de valores econômicos exige a desvalorização de todas as outras formas de vida social”. E assim como se fosse mágica, essa desvalorização transforma bens públicos em recursos, habilidades em carências, tradições em fardos, autonomia em dependência, sabedoria em ignorância, pessoas em trabalho que se vende e se compra como um bem qualquer.

A audiência pública confere à população atingida por barragem oportunidades de exercer sua cidadania e reivindicar seus direitos, mas ao mesmo tempo faltam à maioria dessas comunidades processos de empoderamento que facilitem o acesso a canais institucionais. Ela é uma forma de negociação coletiva tão necessária ao fortalecimento do grupo na defesa de seus direitos e reivindicações e também contribuem para melhorar a equidade social na tomada de decisões sobre as políticas e programas energéticos e ambientais.

Gomes (*apud* Rothman, 2008, p. 309) sustenta que “o gênero audiência pública é um evento discursivo baseado no diálogo da diferença aparentemente democrático, é uma forma de reconstruir a esfera pública e os seus valores e objetivos. Seria uma maneira de resgatar o poder

em público, um público ativo e consciente de seus direitos políticos”, aquele cuja história de seu nascimento e desenvolvimento é embasada no uso público da própria história.

De acordo com a Teoria Social do Discurso sugerida por Fairclough (2003), citado por Gomes (*apud* Rothman, 2008), constata-se que na prática as audiências públicas e os Relatórios/EIA/RIMA⁵¹ são modelos de gêneros em cadeia. Isso denota que a linguagem produzida no decorrer das primeiras, nada mais é que a tradução da linguagem dos últimos, transcendendo as peculiaridades de cada um deles. É realizada uma recontextualização do gênero discursivo Relatório de Impacto Ambiental–RIMA no contexto da audiência pública gerando alterações nas relações sociopolíticas de poder, sugerindo uma aproximação entre domínios públicos e privados, religioso e técnico científico, entre subjetividade/tradição e objetividade/tecnicismo, seguindo as tendências impostas pela nova ordem mundial: democratização, tecnologização e marquetização.

Essa ambivalência sugere ainda um reencaixe de ordens discursivas jurídico-ambientais em ordens sociais do consumo, privilegiando a função promocional do discurso, fazendo emergir discursos “incongruentes” (GOMES, *apud* ROTHMAN, 2008, p. 297).

Esse aspecto discursivo se dá com a finalidade de validar a imagem da empresa construtora da usina hidrelétrica lançando um discurso técnico e promocional. Gomes (*apud* ROTHMAN, 2008) afirma que por outro lado a audiência pública é também uma maneira do cidadão reivindicar seu direito de liberdade de expressão e igualdade de direitos diante dos poderes públicos, se constituindo em um modelo institucionalizado de participação popular. Configura-se no reconhecimento de todos os cidadãos envolvidos como atores políticos legítimos, buscando defender suas posições de maneira democrática. A audiência pública se apresenta como exigência da prática do Licenciamento Ambiental e é uma etapa que não pode ser omitida, mas essa participação é supervisionada por um sistema legal e burocrático que busca racionalizar essa interação entre os cidadãos. Todos podem se manifestar durante o decorrer da audiência, defendendo suas questões, reivindicando e dando opiniões, mas desde que os interesses sejam coletivos e não individuais.

Segundo Gomes (*apud* ROTHMAN, 2008) o papel das audiências públicas é o de esclarecer á população de atingidos por barragens o porquê é necessário a construção da usina hidrelétrica, suas consequências e efeitos, inclusive focando aspectos ambientais. Sendo assim

⁵¹ Relatório EIA/RIMA é um Relatório de Impacto Ambiental, onde EIA significa Estudo de Impacto Ambiental.

seu objetivo não é julgar as partes sobre a construção ou não da barragem, pois não é um gênero discursivo decisório, mas um espaço criado para elucidar, analisar e debater os relatórios de estudos ambientais fornecidos pela empresa empreendedora para que assim possa ser viabilizada ou não a implantação do projeto. Ela é tida como uma ouvidoria onde o órgão ambiental responsável pela concessão da licença ambiental, ouve o debate para chegar a uma conclusão sobre a viabilidade ou não da licença.

Três ações sociais essenciais resultam da audiência pública, conforme alega Gomes (*apud* ROTHMAN, 2008, p. 310):

a transmissão cultural de informações, a integração social e a democratização, mesmo que aparente dos interesses, valores e crenças. [...] Os sujeitos encontram-se em relação de socialização e “aparente” solidariedade, caracterizando-se enquanto força centrífuga: uma força que tende a afastar os membros de uma comunidade pelos interesses e intenções comunicativas do outro.

Gomes (*apud* ROTHMAN, 2008) declara que toda intercomunicação entre os atores envolvidos na realização da audiência pública é feita baseando-se no relatório de estudos de impactos ambientais e é este que permeia todos os gêneros discursivos (fotos e recursos tecnológicos) utilizados pela parte empreendedora da construção da barragem para obtenção do licenciamento. Por outro lado, a população de atingidos utiliza-se de outros meios discursivos como slogans e cartazes. Em todo esse processo de diálogo entre as partes, configura-se a participação ativa na geração de informações que possam viabilizar ou não o pleito.

Como já foi mencionado anteriormente trata-se de uma luta desigual, mas os representantes dos atingidos procuram transformar os dizeres do relatório técnico, “colocando esses dizeres a serviço do próprio objetivo e interesse que é refutar os dados técnicos, atribuindo-lhes valores negativos, como insuficientes e deficientes” (GOMES, *apud* ROTHMAN, 2008, p. 314). Essa é a estratégia ideológica de “repetição mascarada” de Foucault (1971), ou seja, procura-se dizer o que já foi dito de maneira diferente a fim de mostrar as desvantagens dos dados técnicos formados pelo engenheiro consultor em benefício do seu próprio ponto de vista técnico, buscando a adesão e solidariedade de todos que são contra o projeto. Além de que, a linguagem técnica e formal utilizada pelo empreendedor do projeto denota um distanciamento do público, sugerindo hostilidade, indiferença e falta de vontade de se comunicar com o mesmo, o que, conforme afirma Rothman (2008), é explicável, já que está querendo implantar um empreendimento não aceito pela maioria presente na audiência.

De acordo com Burger (2002), citado por Gomes (*apud* ROTHMAN, 2008, p. 325), a audiência pública para a construção de usinas hidrelétricas “é uma espécie de *mise en abyme*⁵² da ideia de democracia, ou seja, as opiniões, crenças sociais e valores são decididos, avaliados e contestados provocando uma negociação aparentemente consensual das questões sociopolíticas advindas da esfera pública”. Dessa maneira, “estar dentro do jogo do poder é estar dentro da linguagem. O Ato de se apropriar do jogo de linguagem do outro para desestabilizar a balança das forças hegemônicas é uma questão de sobrevivência não só política, mas cultural e social” (GOMES, *apud* ROTHMAN, 2008, p. 325). A audiência é uma arena de debates entre as partes, onde precisam ser usados argumentos convincentes que possam dar legitimidade às reivindicações dos ribeirinhos ou aos planos do Consórcio Empreendedor, perante aos órgãos ambientais responsáveis pela liberação da obra.

Nesse sentido, a audiência pública é o campo do discurso onde informações públicas fundamentadas em informações técnicas originadas pelo relatório de estudos ambientais, se encontram e segundo Rothman (2008), como essas informações são manipuladas e contraditórias, pode-se dizer que a audiência se constitui como o espaço e o suporte da luta pelos direitos das duas partes envolvidas: órgão empreendedor e atingidos. “É um instrumento de cobrança, exigência, reclamação e participação, por meio de uma representação político-partidária das entidades de classe, dos ordenamentos jurídicos, da Constituição e das Leis, da justiça e da mobilização popular” (GOMES *apud* ROTHMAN, 2008, p. 327).

Assim, é no estabelecimento do “diálogo da diferença” na audiência pública que o judicial se mistura ao político, podendo, então, ser considerada como uma oportunidade de diálogo participativo na esfera pública, pois combina práticas sociopolíticas e jurídicas que levam a ações sociais específicas. De um lado estão os órgãos ambientais do Estado, empresas estatais e privadas que desenvolvem atividades “eletrointensivas”, empresas de consultoria ambiental e empresas construtoras e do outro estão os atingidos pelas hidrelétricas, entidades de assessoria ligadas à universidade, Igreja, ONGs e entidades ambientalistas. Zhouri e Rothman (2008), citada por Rothman (2008), enfatizam como a população de atingidos tem sido invalidada tornando-se simples legitimadores dos procedimentos formais ou obstáculos ao progresso da Nação.

⁵² É um termo em francês que significa “cair no abismo”, usado pela primeira vez por André Gide ao falar sobre as narrativas que contêm outras narrativas dentro de si. *Mise en abyme* pode aparecer na pintura, no cinema e na literatura (quando as narrativas aparecem encaixadas).

6 A MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA *FORÇA DE RESISTÊNCIA*

Os projetos de implantação de usinas hidrelétricas mostram novos cenários pertinentes a conflitos sociais onde uma das partes proclama o desenvolvimento econômico e a outra aponta as denúncias referentes aos impactos socioambientais provocados pelos empreendimentos. É nesse contexto que surgem os movimentos sociais que, não só reivindicam a inserção dos seus interesses e direitos na política ambiental, como também a possibilidade de um novo modelo para a geração e consumo de energia no país (VAINER, 2004, *apud* ROTHMAN/ZHOURI, 2008).

Esses movimentos são formados por grupos de vários segmentos da sociedade como universidade, igreja, organizações não governamentais – ONGs que passam a assessorar as comunidades atingidas por barragens para amenizar as injustiças ambientais provocadas pelo modelo energético brasileiro. Além da mobilização e organização das comunidades atingidas, esses movimentos aumentam seu “capital” técnico e político principalmente no que se refere aos processos de licenciamento ambiental – *locus* por excelência da consolidação dos conflitos. Esses confrontos se dão em um campo de lutas entre segmentos sociais muito desiguais, cabendo a esses movimentos tentar minimizar as disparidades de poder, adicionando ao grupo de atingidos o capital simbólico necessário. De acordo com Rothman e Zhouri (2008), isso se refere principalmente à mobilização e potencialização dos atingidos visando prepará-los para participar das audiências públicas e consequente contestação ao processo de licenciamento ambiental.

Vários recursos são utilizados para a efetivação da organização das comunidades atingidas; Rothman e Zhouri (2008) afirmam que vale citar um seminário sobre impactos socioambientais realizado em 1996, pela equipe de assessoria aos atingidos, um projeto de extensão da Universidade Federal de Viçosa, denominado Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens – PACAB, onde se promoveu um diálogo entre Estado, empresas, grupos de atingidos, assessores e militantes do Movimento de Atingidos por barragens - MAB. Eles acrescentam que também são executadas várias atividades relacionadas com a “fortificação da resistência” como encontros regionais e “casamentos de barragens”. Esses casamentos de barragens referem-se à troca de experiência entre comunidades atingidas para mostrar os problemas decorrentes da construção da usina hidrelétrica.

Na opinião de Rothman e Zhouri (2008) o trabalho efetuado pela equipe do projeto de extensão é de qualidade e muito importante, pois tem demonstrado um grande referencial de sucesso, como a Medalha de Ouro Peter H. Rolfs recebida da Universidade Federal de Viçosa,

por Rothman em agosto de 2004, por Mérito em Extensão. Um exemplo significativo dessa atuação de qualidade exercida pelo PACAB, citado também por Zhouri e Rothman (2008), foi a participação através da presença e do testemunho de um grupo de alunos no despejo violento das 14 famílias atingidas pela UHE Candonga, que resistiam em abandonar suas casas no Antigo Soberbo, em maio de 2004.

Existe uma interação entre o conhecimento acadêmico do professor Rothman da Universidade Federal de Viçosa, que trouxe para a Zona da Mata Mineira sua experiência sobre barragens do Sul do país e o trabalho comunitário efetuado pelos atores da Igreja Católica. Segundo Rothman e Zhouri (2008), desse processo de interação resultou a organização do movimento de resistência com a intermediação de entidade e técnicos da universidade com comunidades de atingidos, bem como, a assessoria e interlocução com técnicos dos órgãos ambientais e empresas do setor elétrico. Cabia aos acadêmicos traduzir os Relatórios de Impactos Ambientais (EIA-RIMA), pois em uma linguagem mais simples, sem termos técnicos, fica mais fácil para a população entendê-los e assim se preparar melhor para as audiências públicas.

Os padres de paróquias da região do Alto do Rio Doce, onde existiam vários municípios afetados por barragens, conjuntamente com o bispo da diocese organizaram, em 1996, uma palestra sobre a questão das barragens para conscientizar os atingidos. Essa palestra foi ministrada por um universitário envolvido no projeto de assessoria às comunidades afetadas com a participação dos padres da Região Pastoral Mariana Leste. Rothman (2008) ressaltou o valor da articulação dessas ações entre as entidades de assessoria.

Com o objetivo de continuar essa forma de organização das comunidades de atingidos através da interação entre a Igreja Católica e a equipe de assessoria da UFV, dois agentes de pastoral foram cedidos para prestar ajuda em tempo parcial aos atingidos da sub-região do Alto do Rio Doce. O Padre Claret⁵³ (*apud* ROTHMAN/ZHOURI, 2008) afirma que a “organização do povo” através da igreja foi fundamental para o fortalecimento do movimento e que para potencializar a mobilização foi criada a Secretaria dos Atingidos na Cidade de Ponte Nova. Todos os documentos, que ficavam com o Rothman no PACAB em Viçosa, foram transferidos para essa Secretaria do MAB/ Ponte Nova. Ele argumenta também que Ponte Nova é mais central, em termos geográficos, facilitando os contatos com toda a população de atingidos da região.

⁵³ Entrevista em 28 de fevereiro de 2005 feita por Andréa Zhouri.

Dessa época até hoje o entrosamento e o trabalho conjunto entre a assessoria da Universidade de Viçosa, a assessoria da Igreja Católica e o MAB nacional tem se aperfeiçoado. Conforme declara a militante do MAB, Flávia, as lideranças fazem constantemente cursos de treinamentos, são feitas reuniões frequentes nas comunidades atingidas, são promovidas festas, passeatas e romarias para comemorar ganhos ou reivindicar direitos. Um advogado da ONG NACAB⁵⁴ presta serviço, como voluntário, para o MAB – Ponte Nova, assessorando todos os processos relativos às pendências do Consórcio *Candonga* para com os atingidos pela UHE Risoleta Neves.

Rothman e Zhouri (2008) mostram que as estratégias de mobilização do movimento são diferentes, enquanto a Comissão da Pastoral da Terra – CPT e os setores da Igreja viabilizam a formação de grupos de base e possibilitam “o enfrentamento”; já o papel da assessoria, dada pela Universidade de Viçosa, é o de realizar ações direcionadas para o debate em torno de questões técnicas. Essas ações são reconhecidas como limitadas diante da luta política que caracteriza o campo ambiental concebido pelo licenciamento.

Conforme depoimento do Padre Claret através de mensagem eletrônica de 10 de setembro de 2009, houve muitas dificuldades de atuação da assessoria do MAB no contexto das relações vivenciadas pelos mesmos, no caso *Candonga*:

Quanto ao MAB, o tamanho da sua força é o tamanho da força do povo organizado, pois o Movimento são as pessoas. No caso específico de *Candonga*, existe uma história longa, que vamos contar muito resumidamente. No início da implantação da barragem, por aquelas negociatas a que nos referimos na primeira parte, a grande maioria dos atingidos via a barragem como redenção; como possibilidade de melhora real da qualidade de vida e desenvolvimento da região; com expectativa de implantação de indústrias e geração de emprego, ideias que eram vendidas pela empresa e seus comparsas. Nesse contexto, o MAB era rejeitado. Para se ter uma ideia, militantes do MAB foram participar da audiência pública em Soberbo e foram quase expulsos pela população, que via neles seus inimigos, aqueles que desejavam roubar-lhes a possibilidade de sair, de uma vez por todas, da “pobreza”. Quando Soberbo começou a ser construída e, num dado dia, a população venceu a proibição de visitar as casas e notou que o que se fazia ali era uma “favela rural”, um grupo de 20 lideranças locais procurou o MAB em Ponte Nova. Portanto, quando o Movimento começou a atuar em *Candonga*, o muro da barragem estava praticamente pronto. Isso deixou o Movimento em completa desvantagem, além das normais dificuldades do embate com empresas imperialistas e poderosas. Mesmo assim o MAB ajudou parte do povo a se organizar no Movimento. Foi feita uma ocupação do canteiro de obra. Foram derrubadas mais de 30 casas em Nova

⁵⁴ Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens - ONG fundada em 2002, visando ao fortalecimento da assessoria realizada pelo projeto de extensão, existente na UFV desde 1996.

Soberbo, que não se enquadravam em padrões mínimos de moradia. Houve uma segunda tentativa frustrada de ocupação, pois a movimentação vazou. Essas conquistas, porém, embora muito importantes, são quase insignificantes do ponto de vista material e objetivo diante das pendências fundamentais que ficaram para trás, por exemplo: a terra e o meio de subsistência para as pessoas continuarem tocando suas vidas. A pouca conquista, somada ao pouco tempo de luta, resultou num Movimento fragilizado. Essa é a realidade de Candonga.

A formação de lideranças na própria comunidade, ou seja, a composição de um grupo de base é um trabalho difícil e é entendido como um processo demorado que exige várias visitas, muitas reuniões ao local a ser atingido pela barragem. Padre Claret (*apud* ROTHMAN/ZHOURI, 2008), afirma que nesse contexto torna-se imprescindível a prática da “mística” que é instituir um ambiente de celebração onde a palavra de Deus, através da leitura de textos bíblicos, é incorporada a todo o processo. Como ele mesmo diz seria aproveitar a simbologia que existe, “procurar aproveitar a experiência de se tirar mensagem da bíblia e unir essa questão da terra, a questão do trabalho, a questão da água”.⁵⁵ Ele enfoca que a organização dos atingidos é uma dinâmica difícil e que envolve uma conscientização da comunidade no sentido de entender que “a luta é prioritariamente do atingido”, ele é o sujeito da luta:

Costumamos dizer que o direito do atingido é do tamanho de sua capacidade de resistência e luta. Os dados nos mostram que onde o povo se organizou e lutou, melhorando sua correlação de força frente às investidas das empresas, Estado, Município, os direitos foram minimamente garantidos. Um caso é o da UHE Fumaça. Apesar das inúmeras pendências ainda existentes, os reassentamentos ficaram razoáveis. No Sul do Brasil, temos exemplo de região com tradição de luta onde foram conquistados bons reassentamentos. A organização e as parcerias são muito importantes, pois não existe uma lei que define o direito dos atingidos. Há princípios muito genéricos, sem uma incidência prática. Para se ter uma ideia, não há consenso sequer em relação ao conceito de atingido. Para uns atingidos é o que fica na área do lago, para outros os que ficam abaixo do muro também são atingidos. Para nós, do MAB, toda a região de entorno é considerada atingida, porque sofre com a modificação abrupta do uso do espaço naquela região (Depoimento do Padre Claret por *email* de 10/09/2009).

A assessoria tem uma função proeminente no conjunto do “campo de forças”, segundo alegam Rothman e Zhouri (2008), pois ela conjuga estratégias que vão desde a mobilização do capital técnico, através da leitura dos EIA-RIMAs, até à elaboração do capital político tão necessário ao embate nas audiências públicas. Vale citar também que toda essa rede de ações deve estar baseada na inter-relação através das alianças junto a outros movimentos e ONGS. As

⁵⁵ Padre Claret, entrevista realizada em 28/02/2005 por Andréa Zhouri.

estratégias políticas tendem a remover os atingidos de sua categoria de invisibilidade e de objetificação no processo de licenciamento, fortalecendo as coligações e ampliando o conhecimento dos casos, causando com isso maior repercussão nas esferas decisórias.

Rothman e Zhouri (2008, p. 162) relatam que “talvez o momento de maior sinergia entre as assessorias regionais em Minas Gerais tenha sido o encontro estadual no município de Guaraciaba, nos dias 16 e 17 de novembro de 2002 – a Carta de Guaraciaba”. Essa Carta, segundo eles, foi assinada pelos assessores representantes do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA, ONG/ Campo Vale, MAB Alto Rio Doce, CPT/ Campo das Vertentes, NACAB E PACAB e tratou sobre os “Mitos das Hidrelétricas”, apontando “Problemas no processo de licenciamento e reivindicações dos ameaçados e atingidos”. Ela foi conduzida aos órgãos ambientais estaduais e auxiliou reuniões de ambientalistas em todo Brasil, além de ter subsidiado vários documentos dos atingidos. Nesse mesmo ano, houve uma reunião em Belo Horizonte, onde representantes do MAB Alto Rio Doce, CPT/ Campo das Vertentes e CPT/ MG compartilharam da constituição da Via Campesina⁵⁶ em Minas Gerais, visando o fortalecimento do Movimento dos Atingidos por Barragens no Estado.

Um das mais importantes estudiosas dos movimentos sociais no Brasil Ilse Scherer-Warren, citada por Rothman e Zhouri (2008, p. 164), assinala que “os movimentos sociais e as ONGs, articulados em redes regionais, nacionais e transnacionais, tendem frequentemente, a agir de maneira que as diferenças internas acabem prejudicando uma sinergia que otimize a busca do objetivo maior, comum a todos”. Essa é uma verdade que constitui um dos maiores desafios para o MAB e para as assessorias às comunidades atingidas por barragens em Minas Gerais em sua função de minimizar as assimetrias existentes no campo ambiental e possibilitar o reconhecimento dos atingidos como atores políticos e cidadãos nas esferas de decisão política, viabilizando, assim, a construção de uma sociedade mais igualitária, mais democrática e mais justa.

⁵⁶ Via Campesina é uma organização internacional de camponeses que tem por objetivo defender os interesses desse segmento, que, segundo eles, representaria parte significativa da população mundial e historicamente seria mantida à margem dos benefícios da sociedade e das negociações de políticas nacionais e internacionais.

7 CONCLUSÃO

Diante do que foi apresentado nesse artigo pode-se verificar a assimetria de poder que existe nos embates causados pela construção de hidrelétricas em todo país. De um lado a população atingida que, não podendo ir contra a determinação de órgãos especializados do governo, os quais concederam a licença para tais empreendimentos, só tem uma saída: aceitar as medidas mitigadoras e compensatórias estipuladas pelas empresas empreendedoras e começar a vida em outro lugar. E de outro as empresas que desenvolvem atividades “eletrointensivas”, que dobram seus investimentos no campo de geração com o objetivo de satisfazer suas próprias demandas, através da construção da usina hidrelétrica, acontecimento tido como de interesse público, pois são geradores de tributos para o Estado e os municípios. Apossam-se de um bem público, o rio, a cachoeira, e passam a explorá-lo para benefício privado, sem garantir as justas compensações.

Os reassentamentos “involuntários” são construídos longe dos rios, o que por si só já é um grande problema para toda essa gente, que acostumada com o convívio diário com essa natureza exuberante, tem que morar no alto de morros, sem seu antigo meio de sobrevivência e em terras impróprias para plantio de subsistência, tanto na qualidade quanto na quantidade. São impróprias no sentido de serem muito menos férteis, principalmente pela distância da água, como pela acentuada declividade das mesmas. Isso acarreta uma desestrutura não só econômica como psicológica e social nessas comunidades acostumadas a ter em seus quintais os meios para seu próprio sustento, agora têm que comprar praticamente tudo, até a lenha para cozinhar, além de que perderam seu modo de subsistência e, portanto, se veem atravessando uma fase de grandes apuros financeiros.

O plano de reativação econômica exigido pelos órgãos ambientais para que se consumasse todo o processo de desapropriação e o próprio funcionamento da Usina Hidrelétrica Candonga, ainda não foi realizado com sucesso. O que se verifica são tentativas frustradas, que não atingem todas as famílias, o que vem trazendo transtornos financeiros para as mesmas e tem agravado os problemas psicológicos de desintegração social, ao qual estão submetidas.

A água que antes era de excelente qualidade, hoje não pode ser consumida, ocasionando assim, mais um transtorno: precisam se deslocar todos os dias a uma mina para buscar água em

condições de consumo. O trajeto é feito a pé e como existem muitos idosos na comunidade, essa situação é bastante penosa para eles.

Não podemos deixar de valorizar as audiências públicas como um grande ganho para os atingidos, pois é um momento muito importante para que eles possam apresentar aos órgãos ambientais as suas razões e motivos, na tentativa de inviabilizar o projeto de construção da barragem. Apesar de estudiosos experientes nessa questão afirmarem que essas pessoas são marginalizadas do processo decisório, dele participando apenas como legitimadoras do paradigma dominante, e as audiências serem a única instância de participação das comunidades, reconhecemos serem elas uma oportunidade fundamental para que, de uma maneira direta, os atingidos e seus aliados possam, saindo da “invisibilidade”, mostrar aos órgãos ambientais as suas reivindicações.

Alguns dos motivos pelos quais o poder de pressão dos atingidos é muito menor que o das empresas, é o fato deles usarem, sobretudo argumentos emocionais. Alegam laços familiares, tradição, ligação com o passado, vida comunitária. Tudo isso não tem qualquer valor para aqueles que trazem argumentos racionais de desenvolvimento, lucro, progresso, crescimento etc. Para quem coloca a produção acima do ser humano, esses argumentos em nada irão pesar. Além disso, as decisões sempre passam pelas instâncias políticas, que também, de modo geral, têm a mesma visão capitalista de progresso. E mais ainda: os políticos que decidem essas questões e concedem as licenças, como os deputados e secretários, por exemplo, pertencem, na sua esmagadora maioria, à elite econômica, ou são por ela patrocinados. Um político que teve sua candidatura patrocinada por uma empresa, nunca irá tomar o partido dos “pequenos”, dos atingidos.

Uma outra questão séria é que a empresa, com o respaldo político necessário, tem a Justiça e o aparato policial para garantir a desapropriação e posse do espaço requerido. Mas a população que é vítima do processo, quase sempre mais pobre e desorganizada, dificilmente irá contar com o mesmo apoio político para ter garantidos os seus direitos. A mesma polícia que invade as casas dos moradores para exigir sua saída, jamais irá invadir a empresa ou a residência de seus donos e diretores para exigir o cumprimento de seus compromissos com a população atingida.

O Movimento de Atingidos por Barragens – MAB tem mostrado uma atuação efetiva e primordial através de sua estratégia não institucional de ação direta (por exemplo, ocupações do canteiro de obras ou manifestações públicas), usada para pressionar politicamente as empresas

empreendedoras e os órgãos governamentais, no sentido de conseguirem maiores benefícios à população de atingidos, quando a construção da UHE é inevitável. E por outro lado, persuadindo os órgãos supramencionados da inviabilidade da construção da mesma.

A iniciativa do grupo de pesquisa da UFV, sob a coordenação do professor Rothman, bem como, a criação da ONG NACAB, têm sido de grande ajuda para os atingidos da Zona da Mata Mineira. A assessoria jurídica dada por um advogado do NACAB, aos processos relativos aos casos de pendências ainda existentes, para com moradores da Nova Soberbo, garimpeiros, meeiros e famílias dos reassentamentos rurais é de suma importância para essa gente, que não teria nem conhecimento e nem recurso para dar prosseguimento a essas negociações. A participação desses assessores nas audiências públicas também é essencial; esse suporte tem possibilitado inúmeros ganhos a essa população tão sofrida e marginalizada.

Diante das evidências mostradas no decorrer desse trabalho é notória a percepção dos impactos e conflitos sociais causados pela construção de uma hidrelétrica e de como a implantação de barragem, com a faculdade da empresa de desapropriar em nome do Estado, é ditatorial e cruel. É enorme o trauma causado pelas desapropriações de inúmeras famílias dos locais onde construíram sua história, terras herdadas de seus ancestrais e que agora desapareceram para sempre, pois ficaram submersas nas águas da represa.

Antes o povoado era uma comunidade unida pelos laços de amizade e parentesco e, devido ao jogo estratégico do Consórcio Empreendedor para alcançar seus objetivos, hoje nele reina a desunião, individualismo e distanciamento entre os moradores, mais se assemelhando a uma vila urbana periférica do que a uma comunidade rural estruturada, já que houve uma desintegração de sua vida comunitária, das relações de vizinhança e de parentesco. Conforme a concepção de Estado democrático de direito na teoria do discurso de Habermas (*apud* NEVES, 2008), esse é um caso característico das sociedades modernas onde o sistema, através de uma ação instrumental, coloniza o mundo da vida, invadindo o seu espaço, provocando um choque entre o mundo sistêmico e o mundo vivido por essas comunidades.

Pudemos verificar que a população de atingidos não está conseguindo superar o trauma causado pela retirada de suas terras e que as perdas foram muito maiores do que os ganhos obtidos, mas, apesar de tudo, eles estão procurando se ajeitar como podem; continuam lutando para alcançar seus direitos através da ajuda do advogado Leonardo Rezende, voluntário da ONG

NACAB, que tem acompanhado todos os processos jurídicos envolvendo pendências do Consórcio para com eles.

O fato é que as pessoas, mesmo em casa, se sentem num local estranho. O antigo Soberbo foi, bem ou mal, construído por essas famílias e por seus antepassados, era um território conhecido, onde a história de suas vidas foi se desenvolvendo ao longo de muitos anos. Já a Nova Soberbo foi arquitetada por empresas que as arrancaram de seus ambientes, de uma maneira involuntária e imposta. Acreditamos que, em um processo de organização popular, bem elaborado, através da ajuda dos militantes e assessores do MAB, dos assessores e membros do PACAB e da ONG NACAB, seja possível uma apropriação daquele espaço, mas que fique bem claro, em um procedimento demorado e exigente.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Juliana Neves; SYLVESTRE, Marie-Eve. *Atingidos e Barrados: as violações direitos humanos na Hidrelétrica Candonga*. Rio de Janeiro: Justiça Global; Ponte Nova, MG: MAB, 2004. 110 p.

BERMANN, Célio. *Impasses e controvérsias da hidreletricidade*. Scielo Brasil. Estudos Avançados: Energia Hidrelétrica. Universidade Federal de São Paulo (USP). São Paulo, SP, v. 21, n. 59, Jan - Abr 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142007000100011&script=sci_arttext&tlng=e!n>. Acesso em 29 ago 2009.

COLITO, M. Clementina E. *A Construção de Usinas Hidrelétricas e os Impactos sobre a População e o Espaço. Comunidades Rurais ameaçadas pela U.H. de Jataizinho - Rio Tibagi-PR*. Serviço Social em Revista: Universidade Estadual de Londrina. Londrina, PR, v. 2, n. 2, p..275-285, jan - jun 2000.Disponível em:<<http://www.ssrevista.uel.br/n2v2.pdf#page=117>> Acesso em 21 out 2009.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber* 2 ed. Rio de janeiro: Forense-universitária, 1971.

GOMES, Maria Carmen A. *Ambivalência Político-Discursiva: O Entrecruzamento dos Gêneros Discursivos – Relatório de Impacto Ambiental e Audiência Pública*. In *Vidas Alagadas: Conflitos Socioambientais Licenciamento e Barragens*. Viçosa: Editora UFV - Universidade Federal de Viçosa, 2008, 344 p.

HANNIGAN, John. *Sociologia ambiental*. Tradução de Annahid Burnett. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

MAB, Movimento de Atingidos por Barragens. *Água e energia não são mercadorias*. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticias/html/>>. Acesso em 07 out. 2009.

MAGALHÃES, Raul F. *Crise Ambiental ou Crise Civilizatória?* In *Educação Ambiental em Perspectiva*. ZACARIAS, Rachel; PINTO, Vicente P. (Org). Juiz de Fora: Edições FEME, 2002. p. 09- 20.

NEVES, Marcelo. *Do consenso ao dissenso: o Estado democrático de direito a partir e além de Habermas*. In *Pensar a República*. BIGNOTO, Newton (Org).Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 111- 156.

NOVELIS, Brasil Ltda. *Ideias brilhantes em alumínio*. In Site oficial. Disponível em: <<http://www.novelis.com.br/NovelisBrasil/AEmpresa/Hidreletricas/UsinaCandonga>>. Acesso em 24 set. 2009.

REPÓRTER BRASIL. *Vítimas do progresso*. Minas Gerais, 01 out. 2004. Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br> Acesso em 10 out. 2009.

ROTHMAN, Franklin Daniel. *Mobilização, resistência e participação das comunidades atingidas por barragens: o Projeto de Acessória e o movimento dos atingidos por barragens em Minas Gerais Brasil*. WORLD, 2000 - unizar.es. Disponível em: <<http://www.unizar.es/fnca/america/docu/1711.pdf>>. Acesso em 27 set 2009.

_____; ZHOURI, Andréa *Assessoria aos atingidos por Barragens em Minas Gerais: Desafios, Limites e Potenciais*. In Vidas Alagadas: Conflitos Socioambientais Licenciamento e Barragens. Viçosa: Editora UFV - Universidade Federal de Viçosa, 2008, 344 p.

UHE CANDONGA, *Hidroelétricas*. OAS Empreendimentos. Disponível em: <<http://www.oas.com.br/main.asp?View=>>. Acesso em: 26 set. 2009.

WARREN, Ilse Scherer. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. Scielo Brasil. Sociedade e Estado. Brasília, DF, v. 21. n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>>. Acesso em 21 set 2009.

ZHOURI, Andréa; ROTHMAN, Franklin Daniel. *Assessoria aos atingidos por barragens em Minas Gerais: desafios, limites e potenciais*. In Vidas Alagadas Conflitos Socioambientais Licenciamento e Barragens. ROTHMAN, Franklin Daniel. Viçosa: Editora UFV, 2008.

_____; LASCHEFSKI, klemens; PEREIRA, Doralice B. *Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais*. In A insustentável leveza da política ambiental – Desenvolvimento e conflitos socioambientais. ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005. 288 p.

_____; OLIVEIRA, Raquel. *Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas*. Revista Ambiente & Sociedade. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 119-135, jul – dez 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414753X2007000200008-&script=sci_arttext&tlng=in>. Acesso em 24 set 2009.

_____; OLIVEIRA, Raquel. *Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: Conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos*. In A insustentável leveza da política ambiental – Desenvolvimento e conflitos socioambientais. ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005. 288 p.

_____; LASCHEFSKI, klemens; PAIVA, Ângela. *Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais*. In A insustentável leveza da política ambiental – Desenvolvimento e conflitos socioambientais. ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005. 288 p.